

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

Programa de Pós-Graduação em Letras

Dissertação de Mestrado

**AS CRENÇAS DOS PROFESSORES DE LÍNGUA
PORTUGUESA SOBRE VARIAÇÃO
LINGUÍSTICA**

Raquel Rodrigues de Sousa



RAQUEL RODRIGUES DE SOUSA

**AS CRENÇAS DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE
VARIAÇÃO LINGUÍSTICA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo, para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de concentração: Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Sturm

Passo Fundo

2023

CIP – Catalogação na Publicação

S729c Sousa, Raquel Rodrigues
As crenças dos professores de língua portuguesa sobre
variação linguística [recurso eletrônico] / Raquel Rodrigues
Sousa. – 2023.
3 MB ; PDF.

Orientadora: Profa. Dra. Luciane Sturm.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de
Passo Fundo, 2023.

1. Linguística. 2. Crenças. 3. Língua portuguesa - Estudo
e ensino. I. Sturm, Luciane, orientadora. II. Título.

CDU: 801

Catalogação: Bibliotecária Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569



PPGL
Programa de Pós-Graduação
em Letras

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a dissertação

**AS CRENÇAS DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE VARIAÇÃO
LINGUÍSTICA**

Elaborada por
Raquel Rodrigues de Sousa.

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Letras – Projeto de Cooperação entre Instituições – Minter FUPF/FCR, da Universidade de Passo Fundo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Letras, Área de concentração: Letras, Leitura e Produção Discursiva

Aprovada em: 15 de
novembro de 2023. Pela
Comissão Examinadora

Prof.^a Dr.^a Luciane Sturm – Presidente da Banca Examinadora

Prof.^a Dr.^a Gabriela Schmitt Prym Martins – Instituto Federal de Farroupilha

Prof. Dr. Luis Francisco Fianco Dias – Universidade de Passo Fundo

Prof.^a. Dr.^a. Claudia Stumpf Toldo Oudeste – Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado inteligência, sabedoria, humildade, determinação e oportunidade de chegar até aqui e alcançar mais obter mais esta conquista.

À Profa. Dra. Luciane Sturm, pela excelente orientação, companheirismo, paciência e dedicação nesta caminhada.

À Banca de qualificação composta pela prof.^a Dra. Patrícia Valério (UPF) e prof.^a Dra. Gabriela Schmitt Prym Martins (IFRS), e à Banca de Defesa composta pela prof.^a Dra. Gabriela Schmitt Prym Martins (IFFA) e prof. Dr. Luís Francisco Fianco Dias por aceitarem o convite para a contribuição desta pesquisa e pelas excelentes dicas na qualificação.

À Universidade de Passo Fundo, Mestrado Interinstitucional com a Faculdade Católica de Rondônia (FCR), e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) e UPF pelas aulas maravilhosas.

Ao governo de Rondônia, na pessoa do Ex-secretário de Educação, Suamy Vivecananda, pelo esforço e dedicação na busca de qualificação dos professores estaduais de RO enquanto secretário.

A todos os amigos e colegas do curso que, de alguma forma, colaboraram para a realização deste trabalho. Em especial, aos meus amigos Elisandro Félix e André Agnaldo; às minhas amigas Judite Queiroz, Driely Rodrigues, Vera Kochen e Andreia Rosa pelas trocas de “figurinhas”, pelos auxílios e, principalmente, pela amizade, embora virtual.

Aos 61 professores de LP de Rondônia que participaram da pesquisa; ainda que a maioria não me conhecesse, responderam à pesquisa, a fim de colaborar com a realização deste estudo tão importante para mim e para a ciência.

À minha mãe Jordina Sousa, que sempre esteve ao meu lado me apoiando e orando por mim.

E, por fim, ao meu filho Anthony Gabriel, por ter tido um pouco mais de paciência comigo nesses dois anos.

Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses que-fazer-se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo intitulado “As crenças dos professores de Língua Portuguesa sobre variação linguística” insere-se na linha de pesquisa Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso e delimita-se às crenças dos professores de língua portuguesa das escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio do estado de Rondônia sobre o fenômeno da variação linguística. O objetivo geral foi investigar as crenças dos professores de língua portuguesa de Rondônia acerca do fenômeno da variação linguística. A escolha por essa abordagem justifica-se pela necessidade de aprofundar as investigações sobre as crenças de professores e suas implicações no contexto escolar, visando despertar nos professores a compreensão, flexibilidade e valorização das variedades linguísticas presentes na sala de aula e na sociedade como um todo. A fundamentação teórica é delimitada por Bagno (1999, 2001, 2007, 2014), Bortoni-Ricardo (2004, 2009, 2008, 2017, 2021), Faraco (2008, 2017), Luchese (2015), Santana (2014), Santos (2019), Silva (2020) no que se refere à variação linguística no Brasil. Quanto às crenças de professores de línguas estrangeiras e língua materna no contexto escolar brasileiro, esta pesquisa está amparada em Barcelos (1995, 2001, 2004) e Madeira (2015). Os PCNs (2000), a LDB (1996), as Orientações para o Ensino Médio (2007) (BNCC, 2017) e Referencial Teórico de Rondônia (2020) trazem as leis que garantem a abordagem da temática em sala de aula. Sobre a metodologia trata-se de uma pesquisa exploratória, bibliográfica com abordagem qualitativa, desenvolvida mediante pesquisa de campo realizada com 61 professores de língua portuguesa do Ensino Fundamental e Médio de escolas estaduais de Rondônia. Esta pesquisa provoca a reflexão sobre a influência das crenças dos professores no ensino de LM, norma-padrão e a valorização da variação linguística no contexto escolar que visam fortalecer a reflexão, o respeito e o reconhecimento da cultura de cada estudante. Os resultados demonstram que as crenças dos professores de língua portuguesa ainda estão fortemente embasadas no ensino da norma-padrão como sendo a língua correta, a qual deve ser trabalhada em sala de aula com afincos, ainda que alguns professores percebessem a necessidade de se abordar também o fenômeno da variação linguística. É perceptível, então, a necessidade de formação continuada para professores de LM no contexto escolar de RO. Acredita-se que a pesquisa ajudou a estimular um estudo mais aprofundado sobre as crenças dos professores de língua portuguesa em relação à variação linguística e suas implicações pedagógicas em sala de aula, a fim de se realizar um trabalho com a língua portuguesa mais condizente com a língua da qual o aluno faz uso.

Palavras-chave: Crenças. Variação linguística. Norma-padrão. Ensino.

ABSTRACT

This academic study, titled "The beliefs of Portuguese language teachers regarding linguistic variation," is a component of the research line "Constitution and interpretation of text and speech" Therefore, it is limited to the beliefs of Portuguese language teachers of the State Elementary and High Schools of the state of Rondônia on linguistic variation. The general objective of this research was to investigate the beliefs of teachers of the Portuguese language of Rondônia, about the phenomenon of linguistic variation. It is justified by the need to further investigate teachers' beliefs and their implications in the school context, aiming to awaken in teachers the understanding of flexibility and appreciation of linguistic varieties present in the classroom and society as a whole. The theoretical framework is delimited by Bagno (1999, 2001, 2007, 2014), Bortoni-Ricardo (2004, 2009, 2008, 2017, 2021), Faraco (2008, 2017), Luchese (2015), Santana (2014), Santos (2019), Silva (2020) about linguistic variation in Brazil. Barcelos (1995, 2001, 2004) and Madeira (2015) regarding the beliefs of teachers of foreign languages and mother tongue in the Brazilian school context. PCNs (2000), LDB (1996), Guidelines for High School (2007), BNCC (2017), Theoretical Reference of Rondônia (2020) on the laws that ensure the approach of the subject in the classroom. The research methodology is an exploratory, bibliographical research approach, incorporating a qualitative approach. It was developed through field research conducted with 61 Portuguese language teachers from Elementary and High Schools of State Schools of Rondônia. This research provokes reflection on the influence of teachers' beliefs in teaching ML, standard standards, and the appreciation of linguistic variation in the school context that aims to strengthen reflection, respect, and recognition of each student's culture. The results demonstrate that the beliefs of Portuguese language teachers are still strongly grounded in the teaching of the standard as being the correct language that should be worked in the classroom. Although some teachers realize the need to address the phenomenon of linguistic variation, there is a need for continuing education for LM teachers in the school context of RO. It is believed that the research helped to stimulate a more in-depth study of the beliefs of Portuguese language teachers regarding linguistic variation and their pedagogical implications in the classroom. Working with the Portuguese language more consistent with the language that the student speaks is believed to have helped to stimulate a more in-depth study.

Keywords: Beliefs. Linguistic variation. Teaching.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNCC	Base Nacional Curricular Comum
CF	Constituição Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LA	Linguística Aplicada
LE	Língua Estrangeira
LM	Língua Materna
LP	Língua Portuguesa
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PPGL	Programa de Pós-Graduação em Letras
PQ	Pesquisa Qualitativa
UPF	Universidade de Passo Fundo
VL	Variação Linguística

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Idade dos participantes.....	48
Gráfico 2	Sexo dos participantes.....	49
Gráfico 3	Formação acadêmica dos professores participantes	50
Gráfico 4	Nível de escolaridade dos professores participantes.....	50
Gráfico 5	Ano de conclusão da graduação.....	51
Gráfico 6	Quantitativo de cursos de graduação	51
Gráfico 7	Município de atuação dos participantes	53
Gráfico 8	Tempo de atuação	54
Gráfico 9	Percepção dos participantes quanto à afirmação 1	55
Gráfico 10	Percepção dos participantes quanto à afirmação 2	56
Gráfico 11	Percepção dos participantes quanto à afirmação 3	57
Gráfico 12	Percepção dos participantes quanto à afirmação 4	58
Gráfico 13	Percepção dos participantes quanto à afirmação 5	59
Gráfico 14	Percepção dos participantes quanto à afirmação 6	61
Gráfico 15	Percepção dos participantes quanto à afirmação 7	62
Gráfico 16	Percepção dos participantes quanto à afirmação 8	63
Gráfico 17	Percepção dos participantes quanto à afirmação 9	65
Gráfico 18	Percepção dos participantes quanto à afirmação 10	66
Gráfico 19	Percepção dos participantes quanto à afirmação 11	67
Gráfico 20	Percepção dos participantes quanto à afirmação 12	68
Gráfico 21	Percepção dos participantes quanto à afirmação 13	69
Gráfico 22	Percepção dos participantes quanto à afirmação 14	70
Gráfico 23	Percepção dos participantes quanto à afirmação 15	71
Gráfico 24	Percepção dos participantes quanto à afirmação 16	72

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	LÍNGUA PORTUGUESA, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CRENÇAS: CONSTRUINDO UM APORTE TEÓRICO	16
2.1	O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM DOCUMENTOS OFICIAIS	16
2.1.1	A Base Nacional Comum Curricular: questões sobre variação linguística	17
2.1.2	Reflexões sobre o ensino de língua portuguesa, variação linguística e preconceito	21
2.2	PRECONCEITO LINGUÍSTICO	26
2.3	ESTUDOS SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO	29
2.3.1	As crenças no contexto escolar e em estudos no âmbito da linguística aplicada	33
2.4	CRENÇAS NO CONTEXTO DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA.....	38
2.4.1	Pesquisas sobre crenças de professores sobre variação linguística	39
3	O ESTUDO: PERCURSO METODOLÓGICO, CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	43
3.1	NATUREZA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA.....	43
3.1.1	Procedimento de geração de dados	44
3.1.2	O contexto dos participantes da pesquisa	47
3.2	AS CRENÇAS DOS PROFESSORES EMERGIDAS A PARTIR DAS AFIRMAÇÕES: ANÁLISE DOS DADOS GERADOS	54
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
	REFERÊNCIAS	79
	ANEXOS	83

1 INTRODUÇÃO

O contexto de ensino de língua portuguesa (LP) nas escolas regulares no Brasil, bem como a (VL) variação linguística de nosso idioma, envolve muitas polêmicas, sendo alvo de uma série de mitos e preconceitos, oriundos da falta de reflexões sobre o processo, demandando, portanto, mais pesquisas em diferentes contextos. Nas últimas décadas, a ciência da Sociolinguística no Brasil tem avançado graças a alguns teóricos, como Bagno (1999, 2007, 2014), Bortoni-Ricardo (2004, 2005, 2011), Faraco (2008), Faraco e Zilles (2016, 2021). Tais teorias têm contribuído de forma significativa para construção de um ensino de LP que seja mais sensível e flexível quando se trata do fenômeno da VL.

Por isso, cabe apontar que este estudo traz um diálogo pertinente entre a Linguística Aplicada (LA) e a Sociolinguística ao tematizar crenças e VL. Inserido na Linha de Pesquisa “Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso” (PPGL - UPF), este estudo teve como motivação minha experiência como professora de LP de escolas públicas, no interior do estado de Rondônia (RO), onde, como em todo o território nacional, a VL é um fenômeno muito presente.

Segundo Faraco (2008), em relação à LP, vivemos numa sociedade em que o letramento é privilégio de poucos. Isso denota implicitamente que a aprendizagem da norma-padrão ensinada nas escolas nem sempre leva os estudantes a terem um grau de conhecimento mais amplo e adequado da língua. Em um país cuja heterogeneidade linguística é marcante, não faz sentido ensinar nas escolas somente uma língua pautada na gramática normativa que alcance apenas a minoria da população brasileira.

O interesse pela investigação sobre as crenças – ideologias, convicções, percepções, pensamentos – de professores em relação ao ensino de línguas, no âmbito da Linguística Aplicada (LA), cresceu significativamente nos últimos anos, com inúmeros trabalhos a respeito, como Barcelos e Vieira-Abrahão (2006), Barcelos e Coelho (2010), Silva (2015), Aguiar (2017) e Santos (2020).

Embora muitos estudos tenham investigado as crenças no contexto de ensino e aprendizagem de língua estrangeira (LE) (Barcelos, 1995, 2001, 2013; Félix, 1999; Gimenez, 1994; Silva, 2000, 2001; Sturm, 2007; Oliveira, 2016), no contexto escolar, essa questão ainda demanda estudos quanto às crenças dos professores e demais atores envolvidos no contexto da LP. Isso se justifica à medida que as pesquisas se concentram, sobremaneira, em grupos com participantes oriundos de capitais ou municípios maiores, não especificamente relacionados a contextos escolares do interior do Brasil.

Cabe destacar que as motivações trazidas aqui, de certa forma, também justificam o desenvolvimento deste estudo. Contudo, considero importante trazer informações sobre minha trajetória profissional como professora de LP.

O conhecimento sobre LP foi aprofundado no curso de graduação entre 2010 e 2013, no curso de Letras - Língua Portuguesa/Inglês pela Faculdade Integrada de Ariquemes (FIAR). Além disso, cursei Pós-graduação em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Arte (2018) e Gestão Escolar (2020), ambas as especializações pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI/ES). Atualmente, sou mestranda em Letras pela Universidade de Passo Fundo (UPF/RS).

Desde pequena tinha curiosidade porque as pessoas falavam diferente. Também ficava indignada porque, em algumas situações de fala, quando se usava uma palavra de forma diferente, as pessoas sorriam, imitavam e/ou corrigiam. Filha de mineiros, que possuem uma característica marcante na fala, embora eu seja rondoniense, herdei de meus pais a VL. Infelizmente, nas séries iniciais, sofri muito com o preconceito linguístico praticado pelos colegas de sala e até pela professora, o que me silenciou por muitos anos, sobretudo em sala de aula. Tais fatos me levaram a querer conhecer melhor a LP e, durante os anos de licenciatura, me apaixonei pela Sociolinguística.

Um ano depois de concluir a licenciatura, comecei a trabalhar na educação, em escolas municipais no município de Cujubim/RO. Em 2016, fiquei fora da sala e, desde 2017, leciono LP nos anos finais do Ensino Fundamental na escola estadual Joaquim Pereira da Rocha no município de Machadinho D'Oeste/RO.

A Escola Joaquim Pereira da Rocha possui aproximadamente 1.200 alunos que estão cursando Ensino Fundamental e Médio, e o contexto desses estudantes é distinto: uma parcela menor compreende moradores da área rural e a maioria reside na cidade. Durante os sete anos de sala de aula, tive a feliz experiência de lecionar para os alunos do campo e da cidade, sendo, assim, possível conhecer bem a realidade de cada estudante. Ressalto, também, que a maior parcela dos alunos da área urbana corresponde a moradores de bairros periféricos e encontra muitas dificuldades na aprendizagem, sobretudo em norma culta da LP. Nesse contexto, o ensino de LP e todas as questões decorrentes, o ensino da norma-padrão de nosso idioma e a VL presente nas salas de aula são aspectos que me interessam e que levaram ao desenvolvimento deste trabalho.

Partindo dessas colocações, é possível inferir que as temáticas sobre o ensino das normas da LP (ou não) e a VL devem ser preocupações de todos os envolvidos nesse processo. Além

das implicações decorrentes, com vistas à qualidade do ensino, a busca por elucidações, pesquisas e reflexões são urgentes.

Durante os oito anos de trabalho, tenho observado a preocupação dos docentes de LP em ensinar a norma-padrão de acordo com manuais de gramática tradicional. Tal fato evidencia o descaso em relação à existência de diferentes variantes da LP, as influências de outros idiomas, da própria LM de alguns alunos indígenas, entre outros fatores que reforçam a complexidade da temática.

A Base Nacional Curricular Comum (2017) – doravante BNCC – assegura que a diversidade cultural, entre elas a diversidade de saberes e vivências culturais, deve ser valorizada¹. Assim, este trabalho parte da premissa de conhecer, entender e valorizar a diversidade existente no ambiente escolar, uma vez que é fator fundamental para que o ensino de qualidade se perpetue. Dessa forma, será possível criar valores de respeito pelas diferenças uns dos outros e, então, transformar a sociedade num todo mais igualitária e justa.

Outra premissa a considerar é o fato de que a ciência/pesquisa é fator fundante para o avanço, quando almejamos a qualidade do ensino e o sucesso de nossos estudantes. O trabalho realizado por pesquisadores nas escolas, salas de aula e no contexto escolar contribui para o desenvolvimento de teorias educacionais mais conscientes e condizentes com a realidade, críticas e reflexões sobre o que realmente acontece nas escolas.

Além disso, esperamos que esta pesquisa, envolvendo as crenças e o fenômeno da VL, contribua e provoque mais reflexões sobre o trabalho diário de professores de LP, as potencialidades e fragilidades em práticas pedagógicas, bem como vislumbre soluções e melhoria no processo de ensino e aprendizagem.

Desse modo, esta investigação também foi motivada e se justifica por uma particularidade que chama a atenção no contexto social do estado de RO². O estado, ainda muito jovem, foi criado em 1982. É um estado que tem em sua formação original os povos indígenas, faz divisa com a Bolívia e tem recebido pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil, o que reforça ainda mais a presença de grande diversidade linguística.

¹ Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (BNCC, 2017, p. 9).

² Estado localizado na região norte do Brasil, criado em 1982. Contém 52 municípios e uma população estimada em 1.518.016 habitantes em 2022 (IBGE, 2022). Em 1722, o sargento Mor Francisco de Melo Palheta liderou uma expedição de reconhecimento e patrulhamento nos Rios Madeira, Mamoré e Guaporé, confirmando a presença de missões jesuíticas espanholas ao longo desses rios [...] Nos Rios Madeira, Mamoré e Guaporé que banham o estado de Rondônia, habitavam inúmeros grupos indígenas [...] Os primeiros contatos dos (indígenas) com segmentos da sociedade não-indígena ocorreram quando seringueiros começaram a penetrar os afluentes do rio Madeira, no primeiro ciclo da borracha, nas primeiras décadas do século XX. (Marini, 2022, p. 57).

Da mesma forma, os indivíduos são constituídos por crenças que se modificam ao longo de sua vida. Estudos apontam (Barcelos, 2004; Sturm, 2007; Oliveira, 2016; Bagno, 1999) que, de forma geral, crenças de todas as naturezas influenciam nosso próprio agir e, também, influenciam o agir de outras pessoas. Além disso, elas constituem a identidade dos indivíduos e mudam ao longo do tempo pela interação social, entre outros fatores.

Barcelos (2001) registra a importância da consciência sobre as crenças e como estas nos influenciam. Segundo a autora, para um professor, ser capaz de falar sobre as crenças é um dos primeiros passos para refletir sobre o trabalho, a formação acadêmica e pessoal, tanto do aluno quanto do professor. Portanto, é necessário conhecer, entender e refletir sobre as crenças dos professores sobre o ensino de LP e sobre a VL. Dessa forma, será possível construir caminhos que levem estudantes e professores a se posicionar diante das diferenças sociais que, não raramente, refletem na diferença no discurso das pessoas.

Voltando ao fenômeno da VL, cabe destacar que a diversidade linguística é natural em qualquer contexto social e não seria diferente na sala de aula. Cada estudante carrega consigo marcas de variação, dentre as quais destacamos as seguintes, de acordo com Bagno (2007): variação fonético-fonológica, variação morfológica, variação sintática, variação semântica, variação lexical e variação estilístico-pragmática.

A BNCC (2017) preconiza que cabe aos professores abordar em sala de aula o fenômeno da VL, as variedades que são prestigiadas e aquelas estigmatizadas. Ainda mais, o preconceito linguístico que cerca o ambiente escolar deve ser questionado, bem como suas bases; é preciso problematizar essas questões, a fim de encontrar soluções para erradicá-lo. A VL é um fenômeno recorrente na sociedade e reflete na sala de aula. Portanto, cabe aos professores de LP combater o preconceito linguístico, que frequentemente se configura em atos de deboche, humilhação e desprezo entre os estudantes e, até mesmo, entre professores.

O aluno tem direito de conhecer a norma-padrão da LP, mas precisa entender que há uma distância entre esta e a VL presente na sociedade; por isso, precisa respeitar toda e qualquer maneira de falar tanto dos colegas de sala quanto de qualquer pessoa que faz parte do ciclo social. Alguns autores, como Bortoni-Ricardo (2004), Bagno (2006) e Faraco (2008), apontam a complexidade do ensino de LP e a VL nas escolas públicas, com professores vivendo com descaso em relação ao ensino de LP e suas variedades. Nesse sentido, entendemos que os educadores influenciam seus estudantes de várias formas, seja pelo seu agir, seja pelas suas crenças, seja pelas metodologias de ensino. Ensinar implica acreditar naquilo que se ensina.

Para geração de dados, utilizamos como instrumento um formulário do tipo *Likert-scale* que permitiu conhecer as crenças dos professores sobre a VL. O instrumento foi enviado aos

professores através do aplicativo de comunicação WhatsApp e e-mails por um período de 21 dias. Na sequência, procedemos à descrição/análise dos dados à luz da teoria da LA e da Sociolinguística.

Diante da complexidade desse fenômeno, este estudo busca ampliar a discussão sobre as crenças dos professores de LP em relação ao fenômeno da VL, considerando que é imprescindível conhecer e compreender a realidade vivenciada, a fim de modificá-la.

Nesse sentido, esta pesquisa³ teve como objetivo geral investigar as crenças dos professores de LP de Rondônia em relação ao fenômeno da VL, buscando evidenciar as possíveis influências no ensino e aprendizagem no contexto escolar. Para alcançar esse objetivo, partindo de um estudo bibliográfico, elaboramos os seguintes objetivos específicos:

- a) investigar estudos brasileiros que evidenciem as crenças dos professores de LP a respeito do tratamento da VL em sala de aula;
- b) compreender possíveis fatores que desencadeiam os preconceitos em relação à VL;
- c) detectar as crenças de professores de LP do estado de RO quanto à VL, utilizando um formulário do tipo *Likert-scale* para geração de dados;
- d) analisar os dados gerados por meio do formulário à luz do referencial teórico elaborado;
- e) discutir os resultados das análises, evidenciando as contribuições desse estudo para a área.

A partir dos objetivos propostos, o estudo procurou responder às seguintes perguntas:

- Quais estudos brasileiros evidenciem as crenças dos professores de LP a respeito do tratamento da VL em sala de aula?
- Quais as crenças dos professores de LP do estado de Rondônia relacionadas à VL de nosso idioma?
- Quais as implicações pedagógicas dessas crenças no contexto escolar?
- Quais alternativas são necessárias para sensibilizar os professores de LP quanto às suas crenças?
- Quais os possíveis reflexos e implicações pedagógicas no contexto escolar?

Diante do apresentado, cabe antecipar os pontos principais do percurso metodológico, desenvolvido e orientado a partir do paradigma qualitativo de pesquisa, os quais serão aprofundados no decorrer do texto. Quanto aos objetivos, a pesquisa se alinha à perspectiva

³ A pesquisa está vinculada ao Projeto Processo de ensino e de aprendizagem de língua – materna e adicional – em diferentes contextos educacionais, coordenado pela Dra. Luciane Sturm, do Programa de Pós-Graduação em Letras (UPF). O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Passo Fundo, sob parecer n. CAAE: 16514919.5.0000.5342.

descritiva, que busca registrar e descrever as características do fenômeno estudado, correspondendo a um levantamento de dados sobre o fato. O pesquisador não interfere, apenas analisa o fenômeno; o formulário pode ser uma das técnicas para a geração de dados. Como o estudo está centrado na investigação de crenças, optamos pela abordagem normativa, amparada nos estudos de Barcelos (2001) e Vieira-Abrahão (2006).

Os dados deste estudo foram gerados entre junho e julho de 2023, com a participação de 61 professores de LP que atuam em escolas de RO. A participação desse grupo se deu por meio de respostas a um formulário do tipo *Likert-scale* (Barcelos 2001) na modalidade *on-line*. Com esses dados, à luz de estudos que envolvem a análise de crenças de professores e o fenômeno da VL no contexto brasileiro, os dados foram analisados e interpretados.

Estruturalmente, esta Dissertação assim se organiza: para além desta introdução, o capítulo 2 é dedicado à revisão de literatura, que está dividida em três subseções: na primeira, abordamos acerca do ensino de LP e a variação linguística em documentos oficiais; na segunda, ocupamo-nos de apresentar as tendências e correntes do ensino de LP, VL e o ensino da norma-padrão da LP nas escolas públicas; na terceira, apresentamos os conceitos e algumas pesquisas que tiveram como foco as crenças de professores de LP sobre a VL.

O capítulo 3 traz a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa, com base em teóricos de renome nacional focalizando a análise dos dados, além da descrição. Por fim, o quarto capítulo ficou reservado às considerações finais e retomadas das perguntas de pesquisa, além dos encaminhamentos da questão na prática.

2 LÍNGUA PORTUGUESA, VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E CRENÇAS: CONSTRUINDO UM APORTE TEÓRICO

Este capítulo traz o aporte teórico que apoia esta investigação, dividido em duas grandes seções. Na seção 2.1, abordamos sobre a VL e o ensino de LP em documentos oficiais, tais como: Constituição Federal (Brasil, 1988), Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) Parâmetros Curriculares Nacionais, Ensino Médio (2000), Orientações para o Ensino Médio (2007), Base Nacional Curricular Comum (2017) e Referencial Teórico de Rondônia (2020). Na seção 2.1.2, buscamos analisar o tratamento da VL na BNCC. Na seção 2.1.3, evidenciamos algumas crenças de professores trazendo reflexões sobre o ensino de LP, VL e preconceitos linguísticos com base nos seguintes autores: Bagno (1999, 2001, 2007, 2013, 2017), Bortoni-Ricardo (2004, 2021), Faraco (2008), Luchese (2015), Soares (2021), Almeida e Bortoni-Ricardo (2023). Na seção 2.2, abordamos a temática do preconceito linguístico e os possíveis reflexos que atitudes preconceituosas podem trazer ao contexto escolar. Na seção 2.3, buscamos encontrar estudos sobre VL no contexto escolar.

2.1 O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA EM DOCUMENTOS OFICIAIS

Nesta etapa, com base em documentos nacionais que orientam o ensino no Brasil (Brasil, 1988), na Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996), discorreremos sobre o ensino de LP e a VL no Brasil, a partir da Constituição Federal (1988), esclarecendo sobre os documentos que orientam o ensino e aprendizagem de LP no Brasil e a consequente marginalização das variedades linguísticas nesse contexto.

A educação básica é um direito garantido a todo cidadão brasileiro pela Constituição Federal (Brasil, 1988). E ainda pela LDB (1996), consoante a referida lei, “a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”. (Brasil, 1996, p. 19). De acordo com esse artigo, toda criança e adolescente têm direito de ter acesso ao ensino, garantindo, então, sua formação como cidadão. Ao valorizar o desenvolvimento pessoal do estudante, a CF e a LDB concebem a maior finalidade da educação que é o pleno desenvolvimento da pessoa.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais – Ensino Médio, Parte 2 – (Brasil, 2000, p. 6), “toda linguagem carrega dentro de si uma visão de mundo, precha de significados

e significações que vão além do seu aspecto formal”. Assim, é pertinente conhecer o fenômeno da VL, bem como buscar meios de abordá-lo no contexto escolar, objetivando transmitir aos estudantes a relevância de conhecer a LM, bem como suas singularidades.

O documento Orientações para o Ensino Médio (2007) afirma que é na interação em diferentes instituições sociais que o sujeito falante entende como funciona a língua, como esta se manifesta e, assim, constrói seus conhecimentos em torno da linguagem.

[...] é na interação em diferentes instituições sociais (a família, o grupo de amigos, as comunidades de bairro, as igrejas, a escola, o trabalho, as associações, etc.) que o sujeito aprende e apreende as formas de funcionamento da língua e os modos de manifestação da linguagem; ao fazê-lo, vai construindo seus conhecimentos relativos aos usos da língua e da linguagem em diferentes situações. (Brasil, 2007, p. 24).

Vale ressaltar que ensinar a LP vai além de ensinar conceitos gramaticais; é, sobretudo, fazer com que o aluno reflita sobre a real função da língua, que sempre foi e sempre será o meio de interação da humanidade. “[...] o professor deve procurar, também, resgatar do contexto das comunidades em que a escola está inserida as práticas de linguagem e os respectivos textos que melhor representam sua realidade”. (Brasil, 2007, p. 28).

Em consonância com As Orientações para o Ensino Médio (2007), o Referencial teórico de RO (2020) traz reflexões sobre o tratamento da VL no contexto escolar.

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. Esses conhecimentos linguísticos operam em todos os campos/esferas de atuação. (Rondônia, 2020, p. 138).

Assim, fica evidente a necessidade de valorizar no âmbito escolar questões relacionadas à VL e o valor social atribuído a cada variante da LP. Isso porque, muitas vezes, o preconceito está relacionado à classe social do falante, e não exclusivamente à forma como usa a língua.

2.1.1 A Base Nacional Comum Curricular: questões sobre variação linguística

Sabemos que a língua possui uma função importante que não é apenas a comunicação entre as pessoas, mas também a interação social. A língua proporciona aos indivíduos o senso de pertencimento a um grupo. Além disso, a VL pode ocorrer morfológicamente, fonologicamente, prosódica, lexicalmente e sintaticamente, entre outros. Por isso, a BNCC

(2017) traz como eixo da comunicação o conhecimento sobre esse fenômeno sociológico que é a VL e suas variedades. De acordo com o documento, o aluno deve, durante o período escolar, conhecer as variedades linguísticas e aprender respeitá-las.

Conhecer algumas das variedades linguísticas do português do Brasil, e suas diferenças fonológicas, prosódias, lexicais e sintáticas, avaliando seus efeitos semânticos. Discutir, no fenômeno da variação linguística variedades prestigiadas ou estigmatizadas e o preconceito linguístico que as cerca, questionando suas bases de maneira crítica. (BNCC, 2017, p. 85).

Nessa perspectiva, cabe dizer que é função da escola trabalhar com as variedades linguísticas do português brasileiro em sala de aula, por exemplo, as fonológicas, quando o falante troca um fonema por outro, como *iscola* e *escola*; *pranta* e *planta*; *primeru* e *primeiro*, *ropa* e *roupa*, *róba* e *rouba*. As prosódicas dizem respeito à tonalidade de expressão das palavras de acordo com seus significados. Por exemplo, a palavra triste é pronunciada com tom de tristeza, já a palavra alegre carrega consigo um tom de leveza, de tranquilidade, de paz, harmonia.

A variação lexical ocorre quando uma mesma palavra apresenta diferentes formas de pronúncia, no entanto, com mesmo significado. Exemplo: *mandioca* e *macaxeira*; *abóbora* e *jerimum*; *menino* e *guri*. Esses exemplos geralmente são encontrados devido à dimensão geográfica do Brasil, que contribui para que os brasileiros pronunciem uma mesma palavra de forma diferente, embora com o mesmo significado. Como citado anteriormente por Soares (2021), mesmo dentro de um grupo de pessoas que utilizam a mesma língua, não significa que dentro desse grupo não haverá VL, pois a língua não é homogênea, a língua é viva e muda constantemente. Isso é um fenômeno inerente a todas as línguas do mundo, não somente no Brasil, ainda que aqui as variedades linguísticas possam apresentar um número maior devido à extensão territorial do país e ao alto índice de desigualdade social dos brasileiros.

A variedade sintática, por sua vez, está relacionada à construção das frases, como neste enunciado: *Nós foi*, em vez de *nós fomos*. *Eu trusse*, em vez de *Eu trouxe*. Outro exemplo de variação sintática acontece quando há troca de posição das palavras dentro de uma oração, como podemos observar nestas expressões: *quero não*; *é não*; *vou não*; *gosto não* ao invés de “não quero; não é; não vou; não gosto”, entre muitas outras formas utilizadas pelas pessoas num momento informal da fala. Essa variação pode ser facilmente encontrada na fala de pessoas com pouca escolaridade, pessoas que tiveram pouco acesso ao estudo, ou nenhum acesso, porém o último exemplo, no qual o falante troca o advérbio de negação colocando-o no final da frase, em vez de colocar no início antes do verbo, pode ser observado na fala de pessoas

cultas com alto grau de letramento. Isso confirma que a VL é inerente a todas as pessoas, mesmo as que possuem alto grau de escolaridade. Além disso, reforça a ideologia de combate ao preconceito linguístico, visto que tal preconceito, muitas vezes, está relacionada ao falante e não à própria língua.

Segundo a BNCC (2017), é papel da escola discutir no âmbito escolar variedades prestigiadas e variedades estigmatizadas, bem como tratar também do preconceito linguístico que as cerca. Vale ressaltar que geralmente a variedade de prestígio no Brasil é atribuída à norma culta da LP, enquanto a variedade estigmatizada é atribuída à variedade que não segue a norma culta da LP brasileira.

Todas as línguas apresentam regras, é impossível fazer uso de alguma língua sem fazer uso das regras que a definem. Todos os brasileiros fazem uso das regras da LP. Uma criança de três anos, por exemplo, certamente sabe usar as regras para elaboração de uma frase, como: primeiro usa o artigo, depois o substantivo e depois o complemento. Uma criança, mesmo que pequena, não usará a expressão “gatinho bonito o é”, mas dirá “o gatinho é bonito”. Além das crianças, as pessoas com pouca escolaridade também fazem o uso das regras da LP; no entanto, às vezes, têm a fala estigmatizada por pessoas com grau de letramento maior, por acreditarem que as regras estão diretamente ligadas à gramática normativa-prescritiva descritas nos manuais de gramática. Então, uma das regras da LP é esta: a ordem dos elementos na construção de uma frase. Podemos afirmar também que todos os falantes da língua fazem uso das variantes linguísticas; depende, claro, principalmente do interlocutor, da ocasião, da origem do falante, da idade, do sexo, entre outros.

No entanto, apenas algumas pessoas estão sujeitas ao estigma por não usar a norma culta. Assim, o preconceito está mais relacionado à classe social a que o indivíduo pertence do que à variedade linguística utilizada.

Esse eixo da comunicação e o conhecimento sobre o fenômeno VL apresentado pela BNCC (2017) vêm ao encontro da necessidade de abordagem sobre o preconceito linguístico no contexto escolar. Assim como entendemos que é fundamental conscientizar os estudantes sobre o preconceito em relação às mulheres, aos idosos, aos deficientes físicos/mentais, é imprescindível, também, conscientizá-los a respeito das diferenças linguísticas. Já que os brasileiros, por serem de origens variadas, ocupam posições diferentes, pertencem a grupos diferentes, é natural que apresentem na fala maneiras distintas de expressão, podendo estas serem de natureza morfológica, fonológica, sintática, semântica. A VL ainda está intimamente relacionada a fatores como origem geográfica, condições socioeconômicas, grau de escolarização, idade, sexo, mercado de trabalho e redes sociais dos quais os falantes participam.

Consoante a BNCC (2017), é relevante que os estudantes compreendam que as linguagens são dinâmicas e que todos participam desse processo de transformação. Desse modo, faz-se necessária a conscientização dos estudantes sobre o fenômeno da VL que está presente na sociedade e que se manifesta também na sala de aula.

Ainda sobre a VL, a BNCC (2017) inclui como competências específicas de linguagem para o ensino fundamental: “compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.” (BNCC, 2017, p. 67). Dessa forma, ressaltamos que a língua constitui a cultura de um povo, bem como suas identidades; diante disso, o professor de LP precisa preparar e desenvolver atividades que desenvolvam as competências dos alunos, valorizando sua cultura e reconhecendo sua identidade através da linguagem. A VL existe em todas as camadas sociais, não é inerente apenas aos povos de classe média baixa, ou de área rural e periferias das grandes cidades, mas há VL também na fala de pessoas altamente letradas.

Em resumo, a BNCC (2017) faz uma reflexão a respeito da necessidade de realizar trabalhos sobre as variedades linguísticas na sala de aula: “[...] as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado.” (BNCC, 2017, p. 81).

Refletir sobre o valor atribuído à VL é, sem dúvida alguma, mostrar para o aluno que, apesar de as pessoas falarem diferente, não estão falando errado, estão apenas fazendo uso de determinada variedade linguística e estigmatizar uma variedade porque não segue a norma-padrão da LP no Brasil é, portanto, praticar preconceito, que não raramente é abordado no ambiente escolar como atitudes que devem ser rejeitadas e combatidas constantemente.

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BNCC, 2017, p. 15).

Nessa perspectiva, é necessário que haja uma constante busca da parte dos professores para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem, bem como envolver os estudantes em atividades nas quais possam expressar sua identidade cultural, étnica e, principalmente, linguística, embora tenhamos que concordar que a desigualdade social no Brasil é fator relevante para a falta de acesso à cultura e a uma boa educação. Uma criança ou adolescente

que sofre com a desigualdade na sociedade sofre com agressões verbais e físicas no próprio lar; alguém que vive a realidade da impunidade de seus opressores dificilmente terá interesse em usar a norma culta da classe instruída, haja vista que tais estudantes não se sentem aceitos em grupos de pessoas que não fazem parte do seu estilo de vida.

Nesse sentido, acima de tudo, buscar meios para inserir o estudante deve ser objetivo primordial da escola num todo. No contexto escolar, o aluno precisa se sentir bem, livre para expressar seus saberes, sem medo de ser ridicularizado porque não usa a variedade culta da LP, e, paulatinamente, aprender a fazer o uso da variedade culta em momentos mais formais e entender que, em situações de informalidade, as variedades linguísticas que fazem parte do seu cotidiano são aceitáveis, compreensíveis e adequadas.

A escola é onde os alunos aprendem não apenas disciplinas, mas também bons valores.

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BNCC, 2017, p. 83).

Enfim, podemos concluir dizendo que o respeito às diferenças faz parte dos bons valores necessários na sociedade. Assim como é necessário respeitar as diferenças relacionadas a crenças religiosas, gênero, opções sexuais, etnia, raça, política, entre tantas outras, é de suma importância o respeito à VL dos falantes brasileiros, uma vez que esta faz parte de sua cultura.

Quanto ao trabalho do professor de LM, cabe a abordagem e reflexão sobre a temática a fim de que se possa cumprir com a missão de ensinar. Ensinar LP é mostrar aos estudantes que nosso idioma, assim como todos os idiomas de outras nações, apresenta regras que são padrão, porém há regras em todas as variedades utilizadas por todo e qualquer falante de uma língua.

2.1.2 Reflexões sobre o ensino de língua portuguesa, variação linguística e preconceito

O objetivo desta seção é abordar a importância da reflexão sobre o ensino de LP, a VL e o preconceito que a cerca. Isso porque é necessário ensinar a norma-padrão; no entanto, dar importância às variedades linguísticas no contexto escolar é fundamental para a formação dos estudantes, que precisam sair da escola preparados não somente para o mercado de trabalho, mas também para viver em harmonia na sociedade. Aprender a respeitar as diferenças do próximo, inclusive as diferenças de cultura e a variedade linguística, é parte essencial da cultura.

Para tanto, citamos os principais autores nacionais que tratam especificamente essa temática, como Bagno (1999, 2001, 2007, 2013, 2017), Bortoni-Ricardo (2004, 2017, 2021, 2023), Faraco (2008), Luchese (2015), Soares e Almeida (2021).

Todo indivíduo fala de acordo com sua visão de mundo, suas culturas e seu meio social. A língua é viva e está cheia de significados. “A língua natural é a língua falada, a língua que cada um de nós aprendemos com nossos pais, irmãos, tribos ou grupos sociais”. (Bagno, 2001, p. 24). A língua é um objeto fascinante, trata-se da demonstração da capacidade de linguagem entre os seres humanos. Portanto, é necessário refletir sobre o uso da língua, bem como ensino e preconceitos. É preciso que o professor de LP tenha um olhar mais justo referente ao nosso idioma, porque a língua não é apenas o conjunto de regras presentes na norma-padrão. A LP precisa ser trabalhada em sala de aula em sua multiplicidade.

Faraco (2008) afirma que nenhuma língua é uma realidade unitária e homogênea. Assim, é possível entender que existe um lugar para todas as línguas e que a verdadeira língua é espontânea. Embora os brasileiros possuam a LP como oficial, é perceptível que nosso modo de falar difere entre as cinco regiões do país, difere também entre crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. É notável também a diferença nos falares de acordo com a classe social, profissão, comunidade em que se vive e até de acordo com o ambiente, o interlocutor e o momento em que o falante se encontra. Assim, a sala de aula, em especial, deve ser o ambiente mais adequado para se tratar da VL.

A língua não é estável, como muitos pensam, não é imutável e homogênea. Pelo contrário, todas as línguas mudam de acordo com o tempo, ambiente e falante. O processo de variação é contínuo e gradual.

Embora o ensino de LP apresente regras importantes, é preciso considerar em sala de aula não somente regras gramaticais, mas também a língua que estimula o desenvolvimento comunicativo do aluno. A língua falada, a língua viva, esta sim deve ser trabalhada e valorizada em sala de aula de forma consciente.

Bortoni-Ricardo (2004, p. 25) observa que:

Na sala de aula, como em qualquer outro domínio social, encontramos grande variação no uso da língua, mesmo na linguagem da professora que, por exercer um papel social de ascendência sobre seus alunos, está submetida a regras mais rigorosas no seu comportamento verbal e não verbal.

Diante desse pressuposto, cabe ao professor a conscientização do trabalho sobre a VL no âmbito escolar. Dar importância à reflexão sobre o fenômeno em sala de aula é mostrar para

os estudantes que a existência de diferentes formas de pronunciar uma mesma palavra e a falta de pluralização dos termos da oração não correspondem à ideia de que o falante é leigo, ou que não sabe português. É fundamental que o professor de LP esteja atento ao fenômeno VL, a fim de refletir sobre o assunto juntamente aos alunos, buscando meios de diminuir e/ou erradicar qualquer tipo de preconceito linguístico.

De acordo com Bagno (2007, p. 36), “a língua é uma atividade social, um trabalho coletivo, empreendido por todos os seus falantes, cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita”. Desse modo, é incabível qualquer tipo de preconceito referente ao ato da fala de uma pessoa. Cada pessoa, ao fazer uso da língua, está exercendo um ato de socialização, e essa fala pode variar dependendo das suas origens, classe social, grau de instrução, idade e até de acordo com o momento da interação social, ou seja, todos são passíveis de usar as variedades da língua, mesmo um falante com um grau de instrução alto não usa a norma culta ou a norma-padrão da LP o tempo todo.

O falante sempre usará as variedades próprias da sociedade em que está inserido; por isso, estigmatizar a fala de alguém por não seguir a norma-padrão da LP constitui-se um preconceito, e qualquer ato de preconceito linguístico precisa ser combatido, uma vez que todo falante, certamente, fará uso das variedades linguísticas em alguns momentos de fala. Além disso, vale ressaltar que, muitas vezes, não é a língua alvo de preconceito, mas a pessoa ou grupos específicos. Isso não significa que devemos excluir o ensino da língua padrão nas escolas. De acordo com Bagno (2013, p. 67):

É preciso deixar claro, porém, que apesar de ser um produto cultural, de natureza diferente das variedades linguísticas efetivamente empregadas pelos falantes, a norma-padrão tem que ser incluída em qualquer estudo sobre as relações entre linguagem e sociedade. E, exatamente por isso, a norma-padrão tem lugar garantido na educação linguística. Só não pode ser, como tem sido, um lugar exclusivo e excludente.

Portanto, cabe ao professor de LP atentar para maneiras de abordar em sala de aula a norma-padrão e o fenômeno social. Vale ressaltar que há variedades linguísticas prestigiadas e há variedades linguísticas estigmatizadas, ambas precisam ser apresentadas aos estudantes como maneiras de usar a língua de forma diferente e não errada como é comum denominar, pois, de acordo com o autor “[...] ninguém no Brasil, efetivamente fala a norma-padrão, não existem “falantes do padrão”, embora os livros didáticos insistem em dizer isso.” (Bagno, 2013, p. 61). É preciso mostrar que o falante precisa fazer uma adaptação da linguagem de acordo com quem fala, de acordo com o momento em que se fala ou de acordo com que escreve, para

quem escreve. Enfim, o aluno deve aprender na escola que saber usar a norma culta o fará saber adequar a linguagem de acordo com o momento da fala.

Consoante Bagno (2014, p. 23), “a língua está sempre em transformação, em decomposição e recomposição, perde coisas com o tempo e ganha outras também, sempre ao sabor das transformações culturais e cognitivas de seus falantes”. Assim, é necessário que haja uma reflexão acerca do ensino da norma-padrão da LP no Brasil. Isso porque essa é a língua idealizada para ser seguida; no entanto, os falantes não a usam nos momentos de interação social, mas somente na escrita para textos extremamente formais. O uso das variedades linguísticas em alguns tipos de gêneros textuais, como bilhete, carta pessoal, mensagem numa conversa nos meios de comunicação – *WhatsApp, Instagram, Facebook, Twitter* –, é sempre bem-vindo; afinal, não faz sentido usar a norma-padrão da LP em situações informais da fala.

Entendo que esta investigação pode trazer benefícios para meu desenvolvimento profissional e pessoal, pois, aprofundando os estudos sobre essa temática, será possível qualificar minhas atividades profissionais. Partimos do pressuposto de que conhecendo as crenças dos professores de LP e a VL, será possível problematizar e refletir sobre possibilidades e perspectivas para promover o ensino de LP de forma mais inclusiva, bem como combater o preconceito linguístico.

Ainda de acordo com o mesmo autor, “para o leigo, ou seja, para a retumbante maioria das pessoas, a língua é, antes de qualquer outra coisa, uma instituição social e cultural, semelhante às religiões, às leis, aos costumes, aos códigos de comportamento consagrados em cada sociedade.” (Bagno, 2013, p. 50-51).

Logo, estigmatizar alguém pela forma como usa a língua é inaceitável. Por isso, a escola deve ser o local onde estudantes e docentes precisam refletir sobre essas questões, a fim de erradicar o preconceito que há entre os falantes da LP, haja vista que todos fazem uso das variedades linguísticas, as quais são inerentes ao nosso idioma.

Segundo Bagno (2013, p. 57), “[...] ninguém no Brasil - nem sequer as pessoas das camadas socioeconômicas dominantes, de alto poder aquisitivo e de elevado padrão educacional - fala ou escreve a norma culta da língua portuguesa tal como descrita-prescrita pelas gramáticas”. Mais uma vez, o autor afirma que a variedade culta da LP é um bem simbólico atribuído às classes médias altas, porém ninguém a usa o tempo todo. Isso reforça a ideia de que a VL é sim um fenômeno inerente a todas as classes sociais. Por isso, é preciso uma reflexão sobre o ensino de LP e o tratamento desse fenômeno.

Magda Soares (2021, p. 62) aborda a VL em todas as áreas: fonológica, lexical e gramatical.

Embora um grupo de pessoas que utilizam uma mesma língua constitua uma comunidade linguística, isso não significa que essa língua seja homogênea e uniforme. A diferenciação geográfica e social entre segmentos de uma mesma comunidade linguística corresponde um processo de diferenciações linguísticas, denominadas variedades linguísticas, diferenciações que podem dar-se nos níveis fonológico, léxico e gramatical.

Nessa perspectiva, podemos concluir que a VL permeia todas as áreas da língua, todos os contextos socioculturais, socioeconômicos, todos os falantes. Assim, é pertinente perguntar: quais as atitudes dos professores de LP diante do fenômeno no contexto escolar? Como ensinar norma-padrão sem estigmatizar as variedades linguísticas dos alunos? Almeida e Bortoni-Ricardo (2023, p. 15-16) afirmam que:

[...] O estudo da língua não deve vir dissociado da cultura do grupo que a utiliza, o que muito pode contribuir para o ensino da língua na escola, uma vez que o professor, ao se propor a ensinar a Língua Portuguesa nas escolas brasileiras, [...] deve repensar toda sua postura relativa a língua, considerando a forma linguística e os aspectos culturais dos alunos em que vai lidar.

Podemos inferir que o primeiro a combater o preconceito linguístico deve ser o professor de LM, porém ainda há muitos professores que insistem em realizar correções da fala do aluno, afirmando que o aluno só fala corretamente quando faz uso da norma-padrão do nosso idioma. Além disso, muitas vezes sorriem e os tratam com desdém, ridicularizando a variedade linguística que não está de acordo com a variedade culta brasileira.

Almeida e Bortoni-Ricardo (2023) afirmam que o professor deve repensar toda sua postura referente à língua e deve levar em consideração a cultura dos alunos. Isso significa que se o professor está lecionando em uma escola de classe média alta, onde os alunos são oriundos de família com alto grau de instrução, o professor deve trabalhar de acordo com o conhecimento do alunado, mas se leciona em uma escola da periferia ou da área rural, é preciso ensinar a norma culta e mostrar para o aluno que ele pode usar ambas. A adequação é sempre necessária em todos os níveis da fala.

Almeida e Bortoni-Ricardo (2023, p. 17) afirmam que é função da escola “promover ao aluno o acesso a todos os bens culturais, inclusive o linguístico.” Concordamos que a escola deve estar envolvida nesse processo, mas principalmente os professores de LP, uma vez que esse é o profissional melhor qualificado para promover no âmbito escolar atividades que levam tanto estudantes quanto professores a refletir sobre a temática.

2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

A temática do preconceito vem sendo tratada há muitos anos; contudo, essa prática ainda é muito comum no Brasil. O preconceito ocorre quando uma pessoa expressa desprezo, rejeição pelo outro, seja pela classe social, seja pela opção sexual, seja pela deficiência física. Entre tantas formas de preconceito existe também o preconceito linguístico, que, muitas vezes, está relacionado ao preconceito social.

O preconceito linguístico pode ser identificado nas seguintes expressões: “a fala de fulano é feia”, “ele fala tudo errado”, “fulano não sabe falar direito”. Esses tipos de expressões com tom pejorativo caracterizam preconceito linguístico. E isso, certamente, só aumenta as diferenças sociais e exclui ainda mais os menos favorecidos.

É claro que o conhecimento é importante para a ascensão do ser humano, porém há muitas pessoas que, embora não tenham tido acesso a boas escolas, ou muita leitura, possuem um potencial intelectual relevante o suficiente para solucionar inúmeros problemas.

Lucchesi (2015, p. 17) observa que “[...] a heterogeneidade da língua é o que garante a sua funcionalidade em uma comunidade socialmente estratificada e culturalmente diversa”. É a VL que permite o diálogo entre mães e filhos, professores e alunos, médicos e pacientes, idosos e crianças, padres e fiéis, patrões e empregados, moradores da área urbana e moradores da área rural, entre inúmeras situações. Assim, a unidade da língua é uma ideia inconcebível, ilógica, sem fundamentos. Quando estigmatizamos uma variedade linguística, estamos, inconscientemente, ou às vezes de forma consciente, negando a existência do grupo que faz uso da variedade linguística, pois, de acordo com Soares (2021, p. 23), “negar a existência de uma cultura em determinado grupo é negar a existência do próprio grupo”. Todos os grupos de pessoas cultivam suas variedades linguísticas, as quais fazem referências às culturas de um povo como parte de sua identidade. Lamentavelmente, quando ignoramos, ou seja, negamos que existe determinada cultura, estamos tentando na verdade apagar um grupo de pessoas, de falantes em virtude de um preconceito sem fundamento.

Existe uma preocupação muito grande por parte dos professores de LP em relação ao ensino de gramática normativa e a diversidade linguística presente nas salas de aula. Sabemos que não há uma fórmula mágica para ensinar a gramática normativa sem envolver questões culturais como a VL, uma vez que o aluno já chega à escola com seu vocabulário construído, vocabulário que pode apresentar variação devido às origens geográficas, bem como variação fonológica, morfológica e sintática. Bortoni-Ricardo (2017, p. 163) salienta que “Têm os professores, portanto, de ficar alerta à produção linguística de seus alunos em sala de aula

promovendo os ajustes necessários, de forma muito respeitosa, nos termos de uma pedagogia culturalmente sensível.”

A autora sugere, então, que os profissionais da educação fiquem atentos às produções linguísticas dos alunos no ambiente escolar e procurem a melhor forma de explicar para o aluno as diferentes maneiras de pronunciar as palavras, deixando bem claro o respeito pela diversidade linguística apresentada por cada falante da língua. E, ao invés de usar o termo “errado” para corrigir o estudante, podemos usar o termo “inadequado”. Diante desses pressupostos, Bagno (2017, p. 18) orienta que:

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições voltadas para a educação e a cultura abandonem esse mito da “unidade” do português no Brasil e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para melhor planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não-padrão.

O autor ressalta sobre o mito da unidade da LP no Brasil, pois, se assim fosse, existiriam milhares de pessoas sem língua no país, uma vez que estas não fazem o uso da norma-padrão. Contudo, esses fatores são decorrentes da imensidão geográfica do país e também devido à desigualdade social. Há muitas pessoas que sequer têm acesso a uma alimentação adequada, ou a uma moradia digna. É preciso reconhecer que há uma população de falantes que são ridicularizados e marginalizados pela sociedade devido à sua variedade linguística. É preciso, então, elaborar políticas públicas para que a VL destes sejam reconhecidos dentro do ambiente escolar e o preconceito linguístico seja assim erradicado.

Bortoni- Ricardo (2021, p. 39) observa que:

No Brasil, embora haja razoável fluidez na mudança de estilo, temos de constatar que essa variedade padrão não é associada somente ao uso, mas é principalmente a classe social, pois muitos falantes têm dificuldade de usá-la de forma descontraída e confiante. Existe mesmo uma crença, sem fundamentação empírica, de que o português seja a “língua mais difícil do mundo”.

Isso reforça a teoria de que o preconceito linguístico está profundamente ligado a questões sociais. Há muitas pessoas que, por não quererem parecer com alguém que não faz uso da norma culta, preferem distanciar-se, a fim de não se tornarem parecidas, sobretudo na fala.

Apesar de reconhecerem a VL, muitos ainda a tratam como erros gravíssimos e fazem julgamentos preconceituosos. Embora seja perceptível que a norma-padrão não é usada o tempo todo nem por pessoas que possuem alto grau de letramento, inclusive professores de LP, há uma insistência em ensinar aos alunos e cobrar atividades que demonstram que a norma-padrão e somente ela é a correta.

A exemplo disso, temos as atividades que pedem para os estudantes passarem uma frase, ou textos da linguagem informal para a linguagem formal, da norma que não é “padrão” para a norma-padrão, ou seja, da variedade que é estigmatizada para a variedade de prestígio, praticando, de forma velada, o preconceito linguístico. Ora, pedir para um aluno passar a linguagem informal de uma carta pessoal para a linguagem formal, ou seja, para a norma-padrão da LP, constitui-se numa atitude pouco coerente, haja vista que uma carta pessoal é escrita para pessoas com as quais o remetente possui algum grau de intimidade maior e, por isso, certamente fará uso das variedades linguísticas que melhor representam essa intimidade.

Há também pessoas de classe média baixa, ou até mesmo moradores de determinados lugares que não querem parecer com os outros. Um morador da área rural do interior de RO, por exemplo, valoriza as características da língua caipira que carrega consigo, faz parte de sua identidade e, por isso, não quer falar como um morador da área urbana que seja letrado e que, inclusive, ocupe cargo importante para a sociedade, pois cada ser humano carrega consigo suas características, origens e falares distintos, o que representa uma riqueza para a cultura brasileira.

Isso não deve ser fator de preconceito e estigmatização entre as pessoas, uma vez que atitudes preconceituosas ferem o sentimento do outro, deixando-o envergonhado e, muitas vezes, silenciado. Bagno (2013, p. 65) define as variedades prestigiadas como “conjunto de variedades linguísticas faladas (e também escritas) pelos cidadãos urbanos mais letrados e de maior poder aquisitivo; apresentam certa uniformidade, mas também como não poderia deixar de ser num território tão amplo”. Isso significa que os falantes da norma culta também fazem uso de uma variedade linguística denominada culta e que carrega, de forma implícita ou explícita, o prestígio de pessoas que consideram a variedade linguística culta mais bonita.

Ao mesmo tempo, Bagno (2013) defende que as variedades estigmatizadas correspondem ao conjunto de variedades linguísticas utilizadas por falantes das camadas sociais de menor poder aquisitivo e, conseqüentemente, de menor escolarização; entre estas, as variedades urbanas empregadas por milhares de moradores das periferias das grandes cidades brasileiras e também as variedades rurais e rurbanas⁴, que constituem a maioria da população do Brasil.

⁴ Os grupos rurbanos são formados pelos migrantes de origem rural que preservam muito de seus antecedentes culturais, principalmente no seu repertório linguístico, e as comunidades interioranas residentes em distritos ou núcleos semirurais, que estão submetidas à influência urbana, seja pela mídia, seja pela absorção de tecnologia agropecuária. (Bortoni-Ricardo, 2005, p. 52).

2.3 ESTUDOS SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

Nas últimas décadas, estudos sobre VL têm ganhado espaço no campo das pesquisas científicas por pesquisadores da área da educação preocupados, principalmente, com o ensino de LP nas escolas brasileiras, onde o fenômeno deve ser tratado com intuito de desenvolver tanto nos professores quanto nos alunos um olhar sensível sobre a temática. Esses estudos buscam conhecer melhor o fenômeno, bem como apresentar alternativas para um ensino voltado para a valorização da LM e o reconhecimento das diversas línguas faladas no Brasil.

Para esta seção, buscamos pesquisas realizadas nos últimos anos em dissertações de mestrado da Capes; destas, selecionamos alguns artigos e dissertações: Santana (2014), Silva (2015), Gomes (2017), Costa e Santos (2019), Santos (2021).

Estudo 1: Santana (2014), no estudo “Variação linguística: crenças e diferenças entre teorias e práticas dos professores”, objetivou identificar quais as teorias que norteiam o trabalho dos professores (LP) no contexto escolar, bem como suas crenças sobre diferença entre teoria (o que se aprende na faculdade) e prática no que tange à VL. O estudo foi realizado com três professoras de LP que atuavam em sala de aula há aproximadamente dois anos. O estudo, de natureza aplicada com perguntas abertas sobre a opinião das professoras, problematizou da seguinte forma: quais os objetivos do ensino de LP e qual o papel do professor dessa disciplina? Qual deve ser o ponto de partida para o trabalho das professoras em sala de aula, o texto ou a gramática? Qual a relação entre ensino de LP e gramática? Como realizar o trabalho em sala de aula de forma a ter bom êxito?

O estudo teve como principal base teórica os autores Ilari (1989), Possenti (1996) e Barcelos (2004). Como resultado, a autora aponta que os professores reconhecem que a variação tem de ser trabalhada, mas nem sempre é fácil fazer com que os alunos entendam esse fenômeno linguístico. Portanto não dão prioridade aos trabalhos especificamente sobre a VL e priorizam o ensino da gramática. Todavia, de acordo com Santana (2014, p. 5), “É papel da escola mostrar ao aluno que ele não fala errado, acabar com a crença de que brasileiro não sabe falar o português.” Ainda para a autora, tanto a teoria quanto a prática são fundamentais para um bom trabalho do professor de LP.

Estudo 2: Silva (2015), em “Preconceito linguístico: estudo das crenças de estudantes da educação básica sobre a língua portuguesa”, objetivou analisar algumas crenças sobre a LP que ainda estão arraigadas em alunos da educação básica. O estudo usou como principais teóricos que tratam a temática: Bagno (2002), Orlandi (2002), Bortoni-Ricardo (2004, 2005) e Leite (2008). O estudo de cunho qualitativo e de natureza exploratória foi desenvolvido a partir de perguntas

semiabertas com 327 alunos da educação básica de escolas públicas e privadas de João Pessoa.

Como resultado, o autor aponta que foi possível observar que as crenças sobre a LP apresentam nível mediano de intensidade, isso demonstra que as políticas linguísticas têm gerado bons frutos. O autor ainda realça que as aulas de LP, além de contemplarem questões voltadas para a VL, devem trabalhar também o preconceito linguístico no contexto escolar.

Estudo 3: Gomes (2017) realizou a pesquisa intitulada “Crenças e variação linguística: uma análise sob a ótica da complexidade”, com objetivo de analisar as crenças de formandos de português e de espanhol sobre a VL. O estudo de cunho qualitativo foi desenvolvido com 20 estudantes de dois cursos de Letras da Universidade Estadual de Piauí (PI). A autora usou como principais teóricos Rokeach (1981), Geraldi (1999) e Barcelos (2007).

Como resultado, a autora aponta que as crenças dos formandos do curso de português são primitivas, obtidas entre o contato com o objeto da crença (a língua), e unem o conhecimento do idioma à aprendizagem de gramática normativa do português. A autora ainda aponta que, entre as respostas dos estudantes participantes, há um preconceito bem marcante, haja vista que alguns participantes da pesquisa revelaram que, para falar bem, é preciso saber gramática e usar a norma culta da língua é garantia de ascensão social.

Estudo 4: Costa (2019), em “Crenças e atitudes linguísticas de professores de língua portuguesa: a variação linguística na oralidade”, objetivou descrever como os professores lidam com a temática da VL, sob qual perspectiva o professor vê o ensino – sob a perspectiva da norma-padrão ou da VL. O estudo de cunho qualitativo foi desenvolvido através de uma entrevista com perguntas semiestruturadas com 18 professores atuantes na esfera pública e privada do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio na cidade de Mariana (MG). Após a coleta de dados, foi realizada a análise das respostas dos professores participantes da pesquisa.

O estudo de cunho bibliográfico e qualitativo teve como principal aporte teórico Bagno (1999, 2009), Bortoni-Ricardo (2004, 2005), Madeira (2005), Faraco (2008) Borges (2012), Marques e Baronas (2015), Faraco e Zilles (2017).

Como resultado, a autora aponta que ainda existem muitas crenças que pairam sobre o ensino da LP, entre elas a crença de que existe uma língua ideal cuja base recai sobre a norma-padrão e esta deve ser a modalidade mais ensinada nas aulas de LP. O estudo de Costa (2019) revelou que os professores reconhecem que a língua é rica em VL, mas que ainda é uma temática pouco explorada no contexto escolar.

A autora ainda aponta que, de acordo com as respostas dos participantes, suas crenças revelam que estes acreditam que a norma-padrão da LP é a língua ideal e considerada de prestígio na sociedade e, portanto, deve ser a mais ensinada na sala de aula.

[...] as principais crenças dos professores da cidade de Mariana (MG), que foram as mais evidenciadas na análise dos dados, a saber: a norma-padrão é a variante de mais prestígio, portanto deve ser mais ensinada em sala de aula; regras existem e precisam ser cumpridas; desde que o mundo é mundo ensina-se a LP tomando por base as regras gramaticais; a escrita é mais formal que a fala; quem lê mais, fala e escreve melhor; as mídias (Twitter®, Facebook®, Instagram®, WhatsApp® etc.) têm feito os alunos abandonarem a formalidade da língua; em algum momento do ensino o aluno deixou de aprender o bom funcionamento da língua; o aluno erra, porque não aprendeu e o aluno é influenciado pelo meio e isso interfere na maneira como ele fala e escreve, por isso o “erro” acontece. (Costa, 2019, p. 130).

Assim, podemos inferir que o estudo de Costa (2020) aponta para uma crença distorcida de professores de LP sobre o ensino de norma-padrão e VL.

Estudo 5: Santos (2021), em “Variação linguística e preconceito linguístico: o que (não) sabem nossos professores?”, teve como objetivo obter dados sobre crenças e atitudes linguísticas dos professores do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), especificamente, Campus São Gonçalo, através de um questionário semifechado, tendo como intuito elaborar, para a referida comunidade escolar, atividades de reflexão no que toca, principalmente, ao entendimento de preconceito linguístico. O estudo foi desenvolvido através de um questionário aplicado a 36 professores dos cursos Técnico em Química e Técnico em Segurança do Trabalho, ambos os docentes com formação em mestrado ou doutorado, sendo 24 mulheres e 12 homens. O estudo baseou-se nos principais teóricos: Lambert (1966), Cyranka (2007), Schneider (2008) e Labov ([1972] 2008).

Como resultado, os autores apontam que existe a prática do preconceito linguístico praticado pelos professores, às vezes de forma inconsciente, porque alguns revelaram que não sabiam o que era VL, tampouco preconceito linguístico. Assim, os autores concluíram que a pesquisa aponta para a necessidade de receberem informações científicas sobre VL, a fim de minimizar o efeito de atitudes preconceituosas que podem levar à evasão escolar.

A língua é um fenômeno social e varia em diversas circunstâncias. Contudo, não raramente, a verdadeira função da língua é compreendida de forma equivocada pelos docentes de LP. Dessarte, professores de LP preocupam-se muito em apresentar a norma-padrão da língua aos alunos, deixando de levar em consideração a língua que o estudante traz de casa, do seu meio social. Embora não percebamos nitidamente, essas atitudes dos professores podem causar decepções no aluno, uma vez que este pode não ver tanto sentido em aprender regras gramaticais se, no dia a dia, não são comumente usadas. A língua não se restringe apenas à norma-padrão, ela está intimamente ligada a fatores sociais, geográficos, econômicos, políticos, acessibilidade e até psicossocial.

Silva (2020, p. 20) observa que:

[...] a língua não atua isoladamente em relação aos fenômenos sociais, a polarização sociolinguística é o resultado da grande desigualdade social e da grande concentração de renda que ainda hoje marcam a sociedade brasileira. Boa parte da população brasileira ainda vive na pobreza e sem acesso aos espaços fundamentais da cidadania, enquanto que os mais privilegiados ostentam o acesso pleno a bens de consumo e bens simbólicos.

Silva (2020) ressalta sobre a desigualdade social. Segundo o autor, esta contribui de forma significativa para a polarização da língua; segundo dados do IBGE (2022), o Brasil é o nono país mais desigual do mundo em termos de distribuição de rendas. Certamente isso contribui para que haja uma sociedade altamente letrada e outra altamente iletrada. Não bastasse ser iletrada, ou seja, ter pouco conhecimento, muitas vezes, essa sociedade é marginalizada por não fazer uso da variedade culta do nosso idioma e da norma-padrão da LP brasileira, a qual é ensinada nas escolas como referência. Além disso, a norma-padrão é um bem simbólico, está ligada a fatores de sucesso, melhores empregos e dignidade humana.

Para que as pessoas vivam de forma harmoniosa em uma sociedade, é essencial entender a verdadeira função da língua: promover a socialização das pessoas, podendo ser de um mesmo grupo ou não. Nessa perspectiva, cabe ao professor de LP abordar em sala de aula questões sobre o lugar da VL e a relevância de se respeitar as diferenças da língua de cada falante, haja vista que a língua é passível de modificações em todo o tempo.

No Brasil, o uso da norma-padrão do nosso idioma está intimamente relacionado à classe média alta, e essa mesma classe, muitas vezes, é a principal praticante do preconceito linguístico. Contudo, qualquer atitude de preconceito linguístico caracterizada por humilhação, desprezo e até “*bullying*”, em sala de aula, deve ser combatida.

É importante ressaltar que o preconceito linguístico é considerado um crime de discriminação, muito embora poucas pessoas procurem ajuda ao serem vítimas desse preconceito que acontece com frequência, porém, na maioria das vezes, de forma velada. Além disso, o preconceito linguístico fere os direitos do cidadão, garantidos pela Constituição Federal (1988). Isso porque, de acordo com artigo 5º da Constituição Federal Brasileira, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.” (Brasil, 1988, p. 14). A CF prevê alguns direitos às pessoas, entre elas o direito à liberdade, que vai além do direito de ir e vir. Todo cidadão tem o direito de expressão, e é certo que, para se expressar, a pessoa faz uso da linguagem. Por isso, a importância de cultivar o respeito pelas variedades linguísticas de cada falante, visto que isso constitui um direito inviolável. Além disso,

todos são iguais perante a lei. Infelizmente, há uma aparente igualdade formalizada na lei, no entanto, nem sempre essa igualdade é vista na realidade das pessoas.

Sabemos que a língua constitui a identidade de um povo, portanto é dever de todo cidadão respeitar a liberdade de fala de cada um sem ridicularizar ou desprezar o falante por causa das variedades linguísticas que este carrega consigo. Silva (2021, p. 18) afirma:

[...] podemos perceber como a língua possui um papel de possibilitar além da comunicação e inserção social, a identificação geográfica a qual o indivíduo pertence. Sendo assim, a língua vai muito além de ser um mero conhecimento, ela é forma de conceder um lugar de fala aos diversos grupos que formam a nossa sociedade.

Diante desse pressuposto, torna-se inaceitável a prática do preconceito linguístico, pois, como afirma Silva (2021), a língua, além da inserção social, possibilita também a identificação dos indivíduos e vai muito além de ser um mero conhecimento, porque concede um lugar especial aos diversos grupos de falantes, que é o grupo a que cada indivíduo pertence. Ainda sobre o lugar da VL na sala de aula, Cardoso e Semechechem (2020, p. 182) salientam que “[...] a escola (deve) conscientizar o aluno acerca da variação linguística e da avaliação social que é conferida ao falante ao empregar determinadas formas linguísticas. Dessa maneira, as peculiaridades linguísticas e a identidade cultural do aluno serão preservadas.”

Nesse sentido, atribui-se à escola o dever de conscientizar o aluno sobre esse fenômeno e, além disso, conscientizá-lo sobre a avaliação que é dada ao falante ao empregar determinadas formas de linguagem, observando sempre que as avaliações preconceituosas, que intimidam o falante, devem ser rejeitadas. É preciso ensinar aos estudantes que a língua é viva e dinâmica. A língua constitui a identidade de um povo, e assim como devemos respeitar as diferenças – religiosas, políticas, sexuais –, é dever nosso respeitar também as escolhas linguísticas, uma vez que estas representam a identidade do falante.

2.3.1 As crenças no contexto escolar e em estudos no âmbito da linguística aplicada

Esta seção tem como objetivo abordar crenças no contexto escolar; para isso, buscamos, em autores renomados, entender o que é crença e como estas se manifestam. Para tanto, usamos como teóricos: Bagno (1999), que escreveu sobre as crenças em mitos sobre a LP no Brasil; Barcelos (2004), que trata das crenças e suas possíveis influências no contexto escolar; Madeira (2005), que também estudou sobre crenças de professores e alunos de LP e Sturm (2007).

De acordo com Barcelos (2004), o interesse por crenças começa a despontar nos anos 70. No entanto, apenas na década de 90, o conceito de crenças ganhou forças com os estudos

de Leffa (1991), Almeida Filho (1993) e Barcelos (1995).

Segundo Barcelos (2004) e Almeida Filho (1993), as crenças, a cultura ou abordagem de aprender constituem-se como forças operantes no modelo global do ensino de línguas capazes de influenciar todo o processo de aprendizagem. Ainda sobre esse processo, Almeida Filho (1993) afirma que a crença pode ser fator de influência.

Sturm (2007, p. 40) afirma que as crenças de professores podem ser entendidas como “[...] a visão, a compreensão e as convicções que o professor tem a respeito de tais tópicos, as quais geralmente, podem ser externadas em seu discurso, em suas atitudes, em seu comportamento, enfim, em sua ação docente”. Ao discorrer sobre crenças de professores, a autora reflete sobre as atitudes dos professores que podem ser um reflexo de suas crenças. Nessa perspectiva, crenças são as certezas que o professor tem sobre o que ensina. Ainda sobre o conceito de crença, Barcelos (2007, p. 117) afirma:

Partindo do pressuposto de que crenças são uma forma de pensamento, todos nós seres humanos temos crenças e as desenvolvemos na interação e, por isso, pensamos coisas diferentes em determinados momentos em nossas vidas. Mudamos. Mas mudar não é fácil. Por quê? Quais aspectos estão relacionados à mudança de crença?

Por vezes, as crenças são herdadas, acreditamos naquilo que ouvimos repetidas vezes e que falamos com frequência. Crenças estão relacionadas aos nossos pensamentos, acreditamos nas coisas que pensamos, refletimos e transmitimos. Muitas vezes, mudamos de crenças de acordo com o que ouvimos e falamos. Costa (2019, p. 25) ressalta que “as pessoas possuem suas próprias crenças sobre inúmeros assuntos e conceitos, talvez seja por isso que muitos professores não conseguem se desvencilhar da norma-padrão que paira sobre a Língua Portuguesa”. Embora não seja fácil, é preciso entender que as mudanças quanto às crenças no contexto de ensino e aprendizagem de LP são necessárias.

De acordo com Madeira (2005, p. 2), “crenças, por sua vez, são o que se ‘acha’ sobre algo - o conhecimento implícito que se carrega, não calcado na investigação sistemática”. Podemos concluir que, de acordo com o autor, as crenças partem de conhecimentos implícitos que as pessoas adquirem, carregam e transmitem ao longo dos tempos, mas que estas não possuem embasamento científico sistemático. Vale ressaltar que, diante disso, é importante refletir sobre nossas crenças que embasam nosso trabalho com a LP, de onde partem e quais as implicações dessas crenças no âmbito escolar.

Charles S. Peirce (1877/1958, p. 129 *apud* Barcelos, 2004), filósofo americano, definiu crenças como “ideias que se alojam na mente das pessoas como hábitos, costumes, tradições,

maneiras folclóricas e populares de pensar”. O autor define as crenças como algo muito subjetivo que, não muito raro, são vistas como influências para os que estão ao redor. Assim, ante a preocupação sobre o processo de ensino de LP e sua VL, tendo em vista a visão negativa que a sociedade possui a respeito de tal fenômeno (VL), e também pelas relações entre crenças e ensino, procuramos, nesta pesquisa, verificar quais as crenças dos professores de LP do Ensino Fundamental e Médio das escolas públicas de RO e como elas podem refletir no trabalho docente.

Horwitz (1985, p. 129 *apud* Barcelos, 2004) afirma que “o termo crenças sobre aprendizagem de línguas aparece, pela primeira vez, em LA, e um instrumento para se levantar as crenças de alunos e professores de forma sistemática foi elaborado por Horwitz (1985)”. Porém, de acordo com a mesma autora, no Brasil, foi somente na década de 90 que o conceito de crenças ganhou força, com os seguintes marcos teóricos:

Leffa (1991), com sua pesquisa que investigou as concepções de alunos prestes a iniciar a 5ª série, mostra que, mesmo antes de iniciar os estudos sobre línguas e aprendizagem de línguas, os estudantes já demonstram concepções a respeito do ensino e aprendizagem de línguas. Barcelos (1995, p. 128) usou a expressão “cultura de aprender” para definir a maneira do aprendiz adquirir conhecimento. Embora no Brasil as discussões sobre as crenças no âmbito escolar e suas possíveis mudanças tenham surgido há bastante tempo, ainda são poucos os estudos que buscam compreender este fenômeno.

Ainda são poucos os estudos em Linguística Aplicada no Brasil que discutem teoricamente o conceito de mudança relacionado às crenças. A importância de se saber sobre mudança está relacionada ao próprio contexto educacional. Afinal de contas, educar é provocar mudanças ou criar condições para que elas aconteçam, sempre partindo de um lugar que, no caso, são nossas crenças a respeito do mundo que nos cerca. (Barcelos, 2007, p. 2).

Por isso, é importante discutir no contexto escolar sobre a crença dos docentes e como esta pode ser fator de influência negativa ou positiva para os discentes, pois o professor, muitas vezes, é referência para seus alunos. Diante disso, cabe ressaltar que nossas opiniões a respeito de determinados fenômenos como a VL podem influenciar no aprendizado dos alunos. Barcelos (2001, p. 145) salienta que, no contexto escolar, isso implica “criar oportunidades em sala de aula para alunos e, principalmente, futuros professores, questionar não somente suas próprias crenças, mas crenças em geral, crenças existentes até mesmo na literatura em LA, e crenças sobre ensino”. Assim, cabe, principalmente, ao professor de LP buscar compreender as próprias crenças e também as dos estudantes sobre a VL, porque entendemos que, ao conhecer nossas

crenças a respeito da temática, é possível proporcionar um ensino de LP mais inclusivo e reflexivo sobre nosso idioma.

De acordo com Oliveira (2015, p. 45), as crenças influenciam as ações e as ações também influenciam as crenças; além disso, modificam-se com o decorrer do tempo.

As crenças são interativas à medida que influenciam as ações e vice-versa; são dinâmicas, pois se modificam através de um período de tempo; emergentes, socialmente constituídas e situadas contextualmente porque incorporam as perspectivas sociais, surgindo no contexto da interação/relação com estes grupos sociais. São experienciais, pois são resultados das interações entre indivíduo e o ambiente; mediadas uma vez que são meios de intercessão usados para regular aprendizagem e solução de problemas; paradoxais e contraditórias, pois podem agir como instrumento de ponderação ou obstáculo para o processo de ensino/aprendizagem de línguas.

Nessa perspectiva, inferimos que toda pessoa possui crenças, as quais podem influenciar outras pessoas, como também sofrer influência. Assim, é pertinente dizer que, no contexto escolar, professores podem influenciar os alunos com suas crenças. Quanto à crença sobre VL, sabemos que muitos professores de LP estigmatizam as variedades linguísticas trazidas pelos alunos à sala de aula, tratando-as como erros de português, pois esses professores acreditam que somente a norma-padrão é a correta.

Bagno (1999, p. 15) alerta sobre as crenças em oito mitos criados sobre a LP. O mito número 1 é de que “a língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”. De acordo com o autor, esse é o maior e o mais sério dos mitos que compõem a mitologia do preconceito linguístico no Brasil. O autor aponta que há pessoas de renomes que acreditam que a LP é homogênea, e isso tem sido prejudicial à educação, pois, quando a escola não reconhece a diversidade linguística no Brasil, tenta impor sua norma linguística como se fosse a única língua falada pelos brasileiros.

Mito número 2 é: “Brasileiro não sabe falar português/ Só em Portugal se fala bem o português”. (Bagno, 1999, p. 15). Para o autor, a crença de que somente os portugueses sabem falar português reflete uma triste realidade. Isso demonstra que até hoje os brasileiros apresentam o sentimento de serem uma colônia de Portugal, revelando assim um complexo de inferioridade. O autor aponta que essa história de que “brasileiro não sabe falar português” e “só em Portugal se fala bem português” corresponde a uma grande bobagem que infelizmente é transmitida de geração em geração através do ensino da gramática normativa nas escolas.

Mito número 3: “Português é muito difícil”. Segundo o autor, o mito de que português é muito difícil existe porque o ensino de LP nas escolas está baseado na norma gramatical de Portugal e não corresponde à língua que realmente falamos e escrevemos no Brasil. O autor

aponta que, se muitos alunos saem da escola após 11 anos de estudo com essa crença, é porque o professor, durante todos esses anos, não chamou a atenção do aluno para o que é realmente interessante, como as habilidades de expressão dos alunos.

Mito número 4: “As pessoas sem instrução falam tudo errado”. De acordo com o autor, a crença de que as pessoas sem instrução falam tudo errado não tem fundamentação científica e é somente mais uma atitude preconceituosa das pessoas que assim acreditam. O autor aponta que, geralmente, é considerada errada a fala de pessoas de regiões pobres, embora, em regiões consideradas ricas, ou melhor desenvolvidas, também exista a VL presente na fala das pessoas.

Mito número 5: “O lugar onde se fala melhor o português no Brasil é o Maranhão”. De acordo com Bagno (1999), esse mito não possui fundamentação científica.

O que acontece com o português do Maranhão em relação ao português do resto do país é o mesmo que acontece com o português de Portugal em relação ao português do Brasil: não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente “melhor”, “mais pura”, “mais bonita”, “mais correta” que outra. Toda variedade linguística atende às necessidades da comunidade de seres humanos que a empregam. (Bagno, 1999, p. 44).

Assim, o que realmente existe é falta de compreensão sobre a real LP brasileira. Concordamos com o autor de que não existe língua melhor ou pior, mais bonita ou mais feia, mais correta ou mais incorreta. Acreditamos, sim, que todas as variedades são válidas e atendem às necessidades dos seus falantes.

Mito número 6: “O certo é falar assim porque se escreve assim”. O autor afirma que “essa supervalorização da língua escrita combinada com o desprezo da língua falada é um preconceito que data de antes de Cristo!” (Bagno, 1999, p. 48). Concordamos que até hoje muitas pessoas, inclusive professores de LP, acreditam que toda fala deve seguir as regras gramaticais presentes na escrita, porém a supervalorização da língua escrita não pode ser em detrimento da língua falada. Para Bagno (1999), é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, contudo sem criar uma língua falada “artificial” e tratar como erradas as pronúncias que são resultado natural das forças internas que governam o nosso idioma. “O máximo que a língua escrita oferece são os sinais de exclamação e de interrogação! A mera forma escrita não é capaz de traduzir as inflexões e as intenções pretendidas pelo falante”. (Bagno, 1999, p. 51). Assim, fica claro que é impossível usar o idioma somente de acordo com a escrita, pois, ao pronunciar as palavras, colocamos nelas emoções, sentimentos que a escrita não é capaz de revelar.

Mito número 7: “É preciso saber gramática para falar e escrever bem”. Segundo o autor, as gramáticas foram escritas a fim de descrever e fixar como “regras” e “padrões” as

manifestações linguísticas usadas de maneira espontânea pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a serem imitados. Porém, com o passar do tempo, a gramática passou a ser vista como símbolo de poder. Desde então, a língua falada passou a ser vista como dependente da gramática, ou seja, para se falar bem, era necessário saber gramática, o que não se confirma cientificamente, tendo em vista que, não raramente, vemos pessoas consideradas letradas que fazem uso das variedades linguísticas.

Mito número 8: “O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. O autor declara que é muito comum encontrar pessoas que usam essa expressão de forma bem intencional, deixando bem claro que a norma culta garante um lugar “melhor” na sociedade; contudo, isso não é verdade. Se assim fosse, os professores de LP seriam os profissionais com a melhor ascensão social no Brasil, como bem frisa o autor “[...] se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo?” Logo, vale refletir sobre essa crença que nos leva a entender que as pessoas bem-sucedidas são as que fazem uso da norma culta da LP e as pessoas malsucedidas são as que não dominam a norma culta do nosso idioma. Isso infere a necessidade de combater tais crenças, principalmente, no contexto escolar, onde os estudantes estão em fase de formação pessoal e profissional.

Assim, podemos dizer que os oito mitos relacionados por Bagno (1999) ainda refletem no comportamento de muitos brasileiros que ora expõem de forma verbal, ora de forma não verbal. E, lamentavelmente, estão assim perpetuando crenças e atitudes a respeito da língua falada no Brasil que são inverdades propagadas ao longo da história do nosso país.

2.4 CRENÇAS NO CONTEXTO DE ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

No contexto brasileiro, as discussões sobre crenças no ensino de LP e VL têm focado principalmente em questões relacionadas ao trabalho com norma-padrão e normas estigmatizadas. Faraco (2008, p. 31) afirma que “uma língua é constituída por um conjunto de variedades”. Contudo, muitas vezes, essas variedades linguísticas são estigmatizadas pela sociedade considerada culta.

Santos (2020) reflete sobre o processo de crenças no uso da língua. Segundo o autor, o processo de crenças sobre o uso da língua está enraizado na solidez cultural, social e histórica que forma o crenicismo do falante da língua. Essas crenças entram numa dinâmica social da língua, provocando ao indivíduo atitudes linguísticas que ora estigmatizam o uso dela, ora a ascendem socialmente. Essas crenças são tanto positivas quanto negativas. Cada falante da

língua faz julgamentos referentes à forma como a usam, fazendo afirmações que, muitas vezes, estigmatizam suas próprias variedades linguísticas.

Costa (2019) afirma que é muito comum um professor se deixar influenciar pelas suas próprias crenças para avaliar a postura de determinado aluno, tendo em vista que todo ser humano está embutido por crenças, as quais lhe foram passadas, provavelmente, logo nos primeiros anos de vida. Todavia, é preciso tomar cuidado para que crenças negativas a respeito da VL não estigmatizem a língua falada pelo aluno, pois este, ao sentir que sua fala está sendo estigmatizada, pode sentir-se humilhado e optar por manter o silêncio a fim de que não seja envergonhado.

De acordo com Santana (2014, p. 5), “[...] não basta ensinar a língua padrão, é preciso revelar ao aluno tudo que está por trás dessa (língua) de prestígio”. É papel da escola mostrar ao aluno que ele não fala errado, acabar com a crença de que o brasileiro não sabe falar o português. Além disso, cabe à escola a conscientização dos educandos sobre as variáveis da LP, suas razões e peculiaridades. É possível, então, trabalhar de forma a combater o preconceito linguístico.

De acordo com Soares (2021, p. 22)

[...] do ponto de vista das ciências sociais e antropológicas, as noções de “deficiência cultural” “carência cultural”, “privação cultural” são inaceitáveis: não há culturas superiores e inferiores, mais complexas e menos complexas, ricas e pobres; há culturas *diferentes*, e qualquer comparação que pretende atribuir valor positivo ou negativo a essas diferenças é cientificamente infundadas.

Devemos abordar essas questões no ambiente escolar, a fim de que toda classe estudantil possa compreender e aceitar as diferenças que existem na sociedade. A VL constitui um instrumento identitário, e a crença de que a VL de determinados grupos é inferior a outra não possui embasamento científico. É necessário ensinar a norma-padrão, porém é preciso, principalmente, respeitar a variedade linguística de cada ser humano.

2.4.1 Pesquisas sobre crenças de professores sobre variação linguística

Com base nos estudos de Bortoni-Ricardo (2004) e Bagno (1999), esta seção traz uma breve reflexão sobre as crenças sobre o ensino de LP, como estas se manifestam e quais suas possíveis influências na vida dos estudantes. Consoante esses autores, as crenças sobre a VL, geralmente, fazem com que pessoas instruídas, como professores de LP, estigmatizem determinada variedade em virtude de outra que não segue as regras da norma-padrão do português brasileiro.

Bortoni-Ricardo (2004, p. 33) afirma que essas crenças sobre a superioridade de uma variedade ou falar sobre os demais, é um dos mitos que se arraigou na cultura brasileira.

Essas crenças sobre a superioridade de uma variedade ou falar sobre os demais é um dos mitos que se arraigou na cultura brasileira. Toda variedade regional ou falar é, antes de tudo, um instrumento identitários, isto é, um recurso confere identitário, ser mineiro, ser carioca etc. é um motivo de orgulho para quem o é, e a forma de alimentar esse orgulho é usar o linguajar de sua região e praticar seus hábitos culturais. No entanto, verifica-se que alguns falares têm mais prestígio no Brasil como um todo que outros.

Fica claro, assim, que está enraizada na sociedade brasileira a crença de que pessoas letradas falam “certo” e pessoas não letradas falam “errado”; no entanto, são crenças infundadas, uma vez que cada falante da língua, embora não seja alfabetizado, ou letrado, faz uso das regras da LP brasileira de forma a ser compreendida perfeitamente.

Bagno (2007) traz mais reflexões acerca das crenças linguísticas, das quais destacamos aquelas que muitos brasileiros carregam consigo: de que o outro tem uma fala carregada de sotaques e variação que não segue a norma-padrão da LP. Assim, estigmatizam a linguagem do outro simplesmente porque ignoram que a língua é viva e muda de acordo com o tempo, o falante e as circunstâncias.

Essa crença é muito difundida na nossa cultura e está muito bem sintetizada em declarações do tipo: “Fulano/a tem um sotaque muito carregado”, como se existisse algum ser humano no mundo que não falasse com sotaque característico da sua comunidade linguística! Daí a noção de que o sotaque, a diferença, o “erro” está sempre no outro. (Bagno, 2007, p. 129).

O Brasil, por ser um país continental e apresentar um território demasiadamente extenso e com povos oriundos de outros países da América, África e Europa, além dos povos originários (indígenas), apresenta uma VL bem relevante e, lamentavelmente, esta muitas vezes é fator de discriminação, deboche, rejeição e preconceito que, não raramente, humilham, fazendo com que muitas pessoas se calem diante do preconceituoso.

Bagno (2014, p. 30) menciona 14 crenças sobre a LP, das quais destacamos seis, a saber:

Algumas línguas são naturalmente mais difíceis de aprender do que outras. Algumas línguas são naturalmente mais primitivas, toscas e pobres do que outras. Os modos de falar revelam a inteligência das pessoas, de modo que quem fala tudo errado é mais estúpido do que quem fala tudo certo. Palavras que as pessoas usam e que não estão no dicionário simplesmente não existem. Todo mundo tem sotaque, menos eu. O português é uma das línguas mais difícil do mundo. (BAGNO, 2014. p. 30).

Segundo o autor, embora essas crenças possam parecer “naturais”, trata-se de noções

infundadas, são erros grosseiros, mas, felizmente, têm sido desconstruídas pelos estudiosos da linguagem. O autor ainda ressalta que “[Essas crenças] são tão absurdas, infundadas e irracionais quanto acreditar que os negros são menos inteligentes que os brancos, que os índios são preguiçosos por natureza, que as mulheres devem se sujeitar aos homens ou que os homossexuais são doentes ou pervertidos. (Bagno, 2013, p. 30-31).

Pesquisas sobre crenças e o ensino de LP têm aumentado nos últimos anos. Graças às pesquisas realizadas, geralmente, por professores em formação da área de Letras, a temática tem ganhado espaço no meio acadêmico. Esses estudos comprovam a importância de abordar a relevância das crenças no contexto escolar.

[...] a maior crença que envolve as aulas de LP é a de que essa disciplina está diretamente associada somente a aprender as regras gramaticais atreladas à variação de prestígio da língua, pois por muito tempo, imaginou-se haver uma língua ideal, cujos sujeitos precisam se espelhar nela para falar e escrever corretamente. (Costa, 2019, p. 33).

Ao longo dos anos, ensinar a língua padrão nas aulas de LP tornou-se tradição. Muitos professores ainda priorizam o ensino da gramática normativa. Atribuem à gramática-normativa o valor essencial, o mais importante da disciplina. Ensino de regras gramaticais, como conjugação verbal, ou colocação pronominal, a fim de que os alunos dominem a língua-padrão como requisito de ascensão social. Procuram transmitir a ideia de que aprender a gramática do nosso idioma é um requisito fundamental para a conclusão dos estudos. No entanto, é preciso um equilíbrio entre ensinar conteúdos gramaticais e considerar o conhecimento, a língua do aluno.

É preciso levar em consideração a cultura dos alunos. Existe uma necessidade de planejamento eficiente referente ao ensino de LP, evitando que crenças tradicionais interfiram no bom desempenho do aluno. Como já mencionado, as crenças influenciam o desenvolvimento do estudante e, quando o professor de LP procura de forma direta ou indireta ensinar aos alunos que é preciso aprender gramática para falar bem, ou ser bem-sucedido na vida social, ele está transmitindo para o aluno que as pessoas que não sabem gramática não sabem português. Essa crença é muito comum na fala dos brasileiros. Possivelmente, seja fruto das aulas tradicionais de LP, nas quais o professor sempre mostrou com relevância a gramática normativa. De acordo com Furtado, Gaia e Gomes (2020, p. 3)

A língua é a base da constituição do homem, por meio dela, ele comunica-se com indivíduos de seu grupo e de outros grupos diferentes do seu; e pela natureza heterogênea que possui, apresenta-se, portanto, de diversas maneiras nos diferentes grupos sociais. E junto a isto estão as atitudes que os falantes tomam frente às variações de fala e frente a quem a realiza. Desse modo, os indivíduos manifestam

atitudes movidas pelas crenças linguísticas impregnadas, ao longo do tempo, pela sociedade, na língua e nos dialetos, apresentando, assim, atitudes de rejeição ou de aceitação, de preconceito ou prestígio, dentre outros.

De acordo com as autoras, a língua, por ser viva e dinâmica, apresenta-se de várias formas nos diferentes contextos. Contudo, essa dinamicidade da língua, muitas vezes, desperta nas pessoas alguns sentimentos que são oriundos de suas crenças. Isso nos mostra que as crenças influenciam muito no ensino de línguas. As pessoas expressam suas crenças em relação à VL com atitudes e palavras ora positivas, ora negativas.

No entanto, as atitudes negativas, como correção em público, rejeição ou discriminação, considerando a pessoa inferior, desprovida de inteligência ou, ainda, considerando a pessoa incapaz por não fazer uso da língua-padrão, pode provocar um silenciamento da pessoa discriminada, fazendo com que ela prefira manter o silêncio, a fim de evitar a rejeição e até deboche do preconceituoso.

Furtado, Gaia e Gomes (2020, p. 5) refletem sobre o que a língua é capaz de fazer, segundo as autoras, a língua é o instrumento humano que une as pessoas de uma sociedade.

[...] a língua é capaz de integrar o homem socialmente ou deixá-lo às margens da sociedade; de lhe atribuir prestígio ou estigma; ascendê-lo socialmente ou colocá-lo no lugar mais baixo da pirâmide linguística dependendo do valor que lhe é atribuído quando usa a sua língua.

Nessa perspectiva, fica evidente que, por vezes, o uso de diferentes variantes linguísticas é fator de ascensão e, por vezes, de discriminação. Não raramente, os falantes são avaliados pela variedade linguística que usam. Quando utilizam a norma-padrão, tanto na escrita quanto na fala, são avaliados como inteligentes, capazes de assumir lugares importantes na sociedade; porém, quando não utilizam a norma-padrão, são tidos como “burros”, que não sabem português e, por isso, incapazes de assumir lugares importantes na sociedade.

Bagno, em uma *live* gravada em 2020, afirma que “uma pessoa 100% analfabeta respeita as regras da língua portuguesa [...], [para o autor] regra é qualquer coisa que faz a língua funcionar”. Assim, fica evidente que, mesmo as pessoas com pouca instrução, fazem uso das regras da LP brasileira.

Posto isso, vale ressaltar que dar valor às variedades usadas pelas pessoas é, nada mais nada menos, reconhecer os fatores que os levam a usar determinada variedade. Estigmatizar as variedades linguísticas é contribuir para a disseminação de um preconceito sem fundamento, que não raramente silencia as pessoas e lhes tira boas oportunidades.

3 O ESTUDO: PERCURSO METODOLÓGICO, CONTEXTUALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Este terceiro capítulo traz o percurso metodológico de construção desta dissertação, a abordagem de pesquisa, procedimentos e o instrumento usado para a geração de dados.

Na sequência, iniciamos a análise dos dados com a descrição do contexto da pesquisa e do perfil dos participantes e, finalmente, relatamos os procedimentos de coleta e análise de dados.

3.1 NATUREZA E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Esta pesquisa de natureza qualitativa foi construída tendo como base estudos da LA e da Sociolinguística. Segundo Martins (2016), a pesquisa qualitativa (PQ) se preocupa com o processo, e não com dados estatísticos. Quando falamos de participantes, a PQ busca compreender a subjetividade dos envolvidos no estudo, considerando-se o contexto e os objetivos propostos. Além disso, “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão a partir de um grupo social, de uma organização etc.” (Jardim; Pereira, 2009, p. 3). Para Bortoni-Ricardo (2008, p. 34), “a pesquisa qualitativa procura entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto”. A PQ é a abordagem de investigação mais presente em estudos da grande área das linguagens. Freitas e Prodanov (2013, p. 70) apontam:

[...] que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa.

Sobretudo “as pesquisas qualitativas pedem descrições, compreensões e análises de informações, fatos, ocorrências que naturalmente não são expressas por números.” (Martins; Theóphilo, 2002, p. 135). Dessa forma, as pesquisas qualitativas exigem não somente descrição, mas também uma interpretação e análise detalhada sobre os resultados obtidos.

Além disso, a “pesquisa qualitativa permite que o pesquisador se integre à pesquisa, possibilitando o reconhecimento dos possíveis problemas e limitações apresentadas no decorrer da pesquisa.” (Cruz, 2011, p. 22). Desse modo, a PQ permite a subjetividade do pesquisador, permitindo que ele exponha suas opiniões a respeito dos resultados apresentados pela pesquisa. Tudo isso justifica a escolha dessa abordagem para nortear este estudo.

Especificamente em relação à abordagem de investigação sobre crenças no âmbito da LA e da Sociolinguística, foram utilizados como referência os estudos de Barcelos (2001), com a opção pela abordagem normativa. De acordo com a autora, a abordagem normativa é um método que usa questionário *Likert-scale*, quando o participante é induzido a emitir seu grau de concordância ou discordância referente às perguntas direcionadas. Barcelos (2001, p. 76) afirma que:

A abordagem normativa inclui estudos que usam questionários do tipo Likert-scale para investigar as crenças. Esse tipo de questionário contém afirmações com alternativas que vão desde “eu concordo inteiramente” até “eu discordo inteiramente”.

Para a autora, essa abordagem é pertinente à pesquisa, uma vez que busca conhecer de forma subjetiva a crença, a opinião dos professores sobre VL e como isso pode refletir nas salas de aula. “Os estudos incluídos na abordagem normativa, em geral, descrevem e classificam os tipos de crenças que os aprendizes apresentam.” (Barcelos, 2001, p. 6). A autora frisa que, ao utilizar a abordagem normativa, o pesquisador descreve, apresenta os tipos de crenças e classifica, define os tipos de crenças dos participantes da pesquisa.

Para a investigação das crenças, cabe destacar que esses dados, ao serem analisados, podem servir de base e motivação para um estudo subsequente mais aprofundado sobre o tema, como afirma Conceição (2004, p. 70-71):

Tais estudos, mesmo em face da utilização de uma metodologia restrita em se tratando da análise das crenças dentro do contexto em que estão inseridas, marcaram os primeiros passos na investigação das crenças, buscando uma definição, assim como uma taxonomia que serviu de base para as investigações que seriam conduzidas mais tarde.

Por outro lado, a abordagem normativa possibilita quantificar dados de uma quantidade maior de participantes de forma mais rápida e eficiente. Além disso, cabe lembrar que, para uma investigação inicial sobre as crenças dos professores em relação à VL, esse modelo se apresenta adequado para alcançar o objetivo dentro do tempo previsto.

3.1.1 Procedimento de geração de dados

Diante da opção pela abordagem normativa para a geração de dados, utilizamos um formulário baseado no formato no tipo *Likert-scale* (escala Likert), desenvolvido pelo psicólogo americano Rensis Likert em 1932. O pesquisador tinha como objetivo medir sistematicamente as atitudes individuais das pessoas.

Para este estudo, definimos o questionário como misto do tipo *Likert-scale*, pois o instrumento não é composto apenas por afirmações fechadas. O questionário foi criado no *Google Forms*, considerando a facilidade para utilização da plataforma e dividido em duas seções. A primeira abrange oito afirmações que objetivaram gerar dados a fim de traçar o perfil dos participantes, incluindo informações pessoais, formação acadêmica e questões relativas ao tempo e local de atuação como professor/a, a saber:

1. Idade
2. Sexo
3. Formação acadêmica
4. Nível de escolaridade
5. Ano de conclusão da graduação
6. Quantos cursos de graduação você concluiu até o momento
7. Município(s) de atuação
8. Tempo de atuação em sala de aula

A segunda seção do formulário é formada por 16 afirmações relacionadas ao tema principal do estudo: a VL. Com essas afirmações e a partir das respostas dos professores, buscamos inferir as crenças dos participantes, a fim de alcançar o objetivo do estudo. Tais afirmações foram elaboradas com base nas teorias sobre crenças de Marcos Bagno (...) supracitado e em Ana Maria Ferreira Barcelos (2007). São as afirmações:

1. O Brasil é um país monolíngue, falamos uma língua única que é o português.
2. As variedades linguísticas não constituem um instrumento identitário, isto é, não é um recurso que confere identidade a um grupo social.
3. A escola deve ensinar a norma culta de prestígio da LP. A variação deve ser combatida para que tenhamos uma língua homogênea em todo o país.
4. Não é possível ensinar norma-padrão em turmas heterogêneas.
5. O professor deve dar o exemplo em sala de aula, utilizando sempre a norma culta durante as aulas de LP.
6. É preciso desconsiderar a variação da LP e insistir no ensino de gramática normativa da norma-padrão como única forma certa de uso de nossa língua.
7. Ensinar a gramática da LP em sala de aula é uma forma de garantir o aprendizado da norma culta de nosso idioma.
8. O aluno fala português errado porque recebe o exemplo de sua família.
9. Na sala de aula, muitas “línguas portuguesas” são faladas, mesmo a fala da professora, e todos se comunicam. Contudo, nem todas essas línguas faladas são corretas.

10. A fala de pessoas de regiões pobres é ruim e pode conter erros e não convém ser valorizada em sala de aula.
11. As falas de pessoas cultas, como aquelas que assistimos em algumas novelas ou programas de televisão, é um bom modelo para ser observado e ensinado em sala de aula.
12. Os anos de escolarização de uma pessoa e a qualidade das escolas que frequentou tem influência em suas variedades linguísticas.
13. Somente os grupos sociais de comunidades pobres e não escolarizadas usam expressões informais que não aparecem nos dicionários ou gramáticas.
14. Os falantes da LP são unilíngues, são capazes de dominar apenas uma variedade da língua.
15. É de responsabilidade do professor de LP abordar em sala de aula temas sobre a VL para que os estudantes se sensibilizem e compreendam o fenômeno existente na LP.
16. Ensinar e/ou exigir o uso da norma-padrão da LP em sala de aula gera preconceito e desestimula o aprendizado.

Ao acessarem o formulário, após responderem à primeira seção, na segunda seção, os participantes leram “Nesta seção, queremos saber sua opinião. Leia as afirmações listadas a seguir e indique a opção que mais representa sua opinião.

1 = discordo fortemente.

2 = discordo.

3 = não concordo nem discordo.

4 = concordo.

5 = concordo plenamente.

Nesse questionário, norma culta é compreendida como “[...] o conjunto de fenômenos linguísticos que ocorrem habitualmente no uso dos falantes letrados em situações mais monitoradas da fala e da escrita”. (Faraco, 2008, p. 71).

E norma-padrão “[...] trata-se de um modelo de língua, de uma construção artificial, baseada em algumas variedades regionais de prestígio [...] baseada também na escrita literária mais consagrada e a gramática latina”. (Bago, 2007, p. 96).”

O formulário foi organizado e disponibilizado aos professores pelo *Google forms* e a divulgação do instrumento aos professores de LP foi feita nos meses de junho e julho de 2023, por meio de grupos do *WhatsApp*. Também foi divulgado aos diretores das escolas.

Na próxima seção, passamos a descrição do perfil dos participantes do estudo, com base nos dados gerados pelo formulário.

3.1.2 O contexto dos participantes da pesquisa

A variação e o preconceito linguístico no Brasil, como já visto neste estudo, são temáticas complexas que carecem de muitos estudos no Brasil. Com os dados desta pesquisa, esperamos contribuir para o avanço e a reflexão sobre essa temática, a partir de dados de um grupo específico de professores de LP, do estado de Rondônia.

De acordo com a Secretaria de Estado da Educação de Rondônia (Seduc)⁵, o estado de RO possui 1.965 professores de LP e 3% responderam à pesquisa nos meses de junho e julho de 2023. Essas escolas estão localizadas em áreas urbanas, rurais e aldeias. Tais municípios apresentam características distintas em extensão territorial, densidade demográfica, economia e educação. A seguir, apresentamos os municípios onde tivemos participação dos professores, a quantidade de escolas estaduais e quantitativo de professores de cada município.

Alta Floresta contém 12 escolas estaduais, 41 professores de LP e 2 participantes responderam; Alto Paraíso, 2 escolas estaduais, 7 professores de LP e 1 participante; Alvorada do Oeste, 4 escolas estaduais, 33 professores de LP e 3 participantes; Ariquemes, 11 escolas estaduais, 75 professores de LP e 3 participantes; Cacaulândia, 1 escola estadual, 11 professores de LP e 2 participantes; Cacoal, 23 escolas estaduais, 133 professores de LP e 7 participantes; Cerejeiras, 4 escolas estaduais, 9 professores de LP e 1 participante; Costa Marques, 4 escolas estaduais, 16 professores de LP e 1 participante; Itapuã do Oeste, 2 escolas estaduais, 6 professores de LP e 1 participante; Jaru, 11 escolas estaduais, 50 professores de LP e 4 participantes; Ji-Paraná, 42 escolas estaduais, 242 professores de LP e 3 participantes; Machadinho D'Oeste, 6 escolas estaduais, 37 professores de LP e 10 participantes; Monte Negro, 2 escolas estaduais, 11 professores de LP e 1 participante; Pimenta Bueno, 8 escolas estaduais, 39 professores de LP e 1 participante; Presidente Médici, 8 escolas estaduais, 45 professores de LP e 3 participantes; Ouro Preto D'Oeste, 7 escolas estaduais, 27 professores de LP e 1 participante; Porto Velho, 82 escolas estaduais, 520 professores de LP e 9 participantes; Rio Crespo, 1 estadual, 3 professores de LP e 1 participante; São Felipe D'Oeste, 2 escolas estaduais, 6 professores de LP e 1 participante; Vale do Anari, 1 escola estadual, 4 professores de LP e 1 participante; Vilhena, 15 escolas estaduais, 62 professores de LP e 4 participantes.

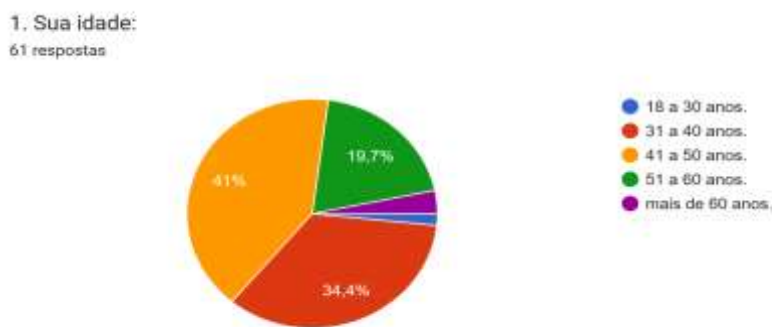
Entendemos que a identificação de crenças e as concepções dos professores de LP sobre temáticas controversas, como a VL e o preconceito no contexto escolar, permitem

⁵ Através da Gerência de Informação Educacional - Censo Escolar GEIE/CAIE/DGE/SEDUC - Rondônia. Os dados podem ser verificados no link a seguir: (Dados Preliminares) Número de Docentes de Língua Portuguesa, por CRE, Município e Escola, com Tipo de Contrato, em 2023.xlsx - Planilhas Google.

problematizar e refletir sobre possibilidades e perspectivas que envolvam o ensino de LP de forma mais inclusiva, bem como combater o preconceito linguístico. Nesse sentido, considerando as informações da primeira seção do formulário, trazemos a descrição do perfil dos 61 participantes deste estudo.

Os dados do Gráfico 1 demonstram que 25 participantes têm idade entre 41 e 50 anos, 21 têm entre 31 e 40 anos de idade, 12 têm entre 51 e 60 anos, 2 têm mais de 60 e apenas 1 tem idade entre 18 e 30 anos. Nesse sentido, os dados desta pesquisa⁶, realizada com apenas 61 professores de escolas estaduais apontaram que trabalhar com questões do ensino não é mais uma opção tão desejada pelos mais jovens, uma vez que os dados apontam que a maioria tem mais de 41 anos e apenas um participante com menos de 30 anos.

Gráfico 1 – Idade dos participantes

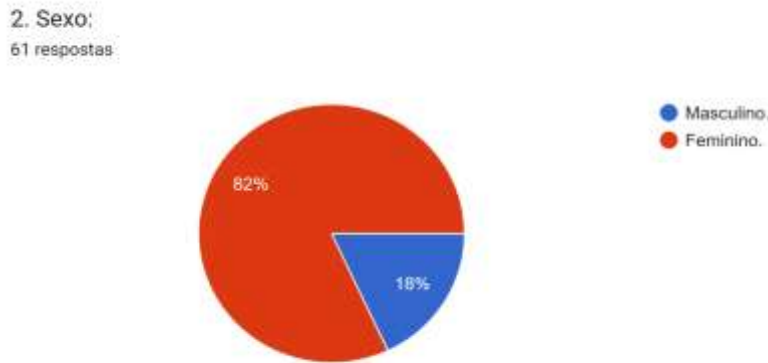


Fonte: dados da pesquisa (2023).

Entre os participantes, 50 são do sexo feminino e 11 do sexo masculino, como podemos observar no Gráfico 2.

⁶ Embora esta pesquisa represente uma pequena parcela dos professores de LP de RO, esses dados corroboram com o senso comum de professores/pesquisadores e até de pessoas comuns que trabalham na Educação. Ser professor não é mais uma profissão tão requisitada, e isso justifica a desvalorização do profissional pela desvalorização financeira, bem como pela sociedade num todo.

Gráfico 2 – Sexo dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2023).

A maioria dos participantes dessa pesquisa é mulher. Os dados comprovam que a profissão de professor ainda é, predominantemente, uma escolha do sexo feminino. Esses dados também corroboram com as informações divulgadas pelo Ministério da Educação (2023), que afirma que 79% dos profissionais do Ensino Básico no Brasil são compostos por mulheres.

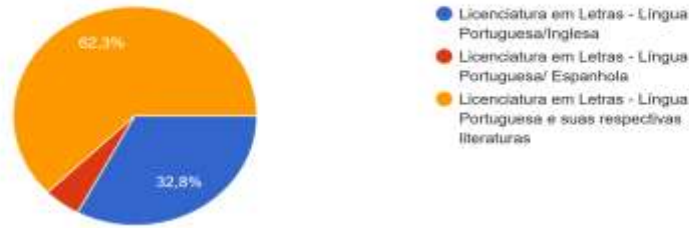
Do corpo docente, composto por 2.315.616 profissionais, 1.834.295 (79,2%) são professoras. É o que revelam os dados do Censo Escolar 2022, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), autarquia vinculada ao Ministério da Educação. (MEC, 2023).

Assim, fica evidente que ser professor é uma profissão em que as mulheres possuem mais interesse. Os dados indicam ainda que trabalhar com disciplinas da área das linguagens tem maior interesse pelo sexo feminino.

Quanto à formação acadêmica, os dados indicam que 38 professores possuem Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa; 20 professores possuem Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa/Inglesa e 3 professores, Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa/Espanhola, conforme os dados apresentados a seguir. A maioria possui especialização, o que corresponde a 28% e 21% estão cursando mestrado. Entre os participantes, 28 possuem pós-graduação completa; 21 estão cursando mestrado; 5 participantes estão cursando pós-graduação - especialização; 4 participantes possuem apenas a graduação; 1 participante possui mestrado completo; 1 participante possui doutorado completo e 1 participante está cursando doutorado (Gráfico 4). Vale ressaltar que, em 2021, o governo do estado de RO, em parceria com a FCR e UPF, ofereceu 45 bolsas de Mestrado para professores de LP da Rede Estadual de Ensino de RO, a fim de qualificá-los para melhor desenvolvimento do trabalho em sala de aula.

Gráfico 3 – Formação acadêmica dos professores participantes

3. Formação acadêmica:
61 respostas

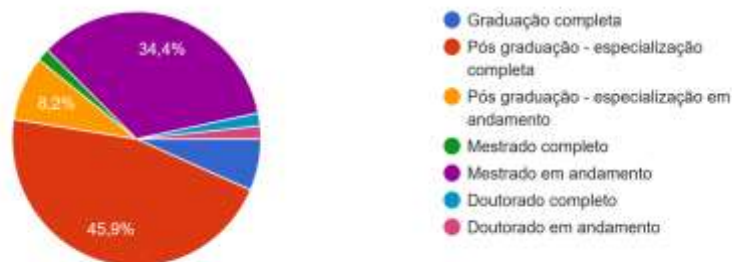


Fonte: dados da pesquisa (2023).

No que se refere ao nível de escolaridade, o gráfico a seguir corrobora com os dados do Gráfico 3. Isso porque esses dados apontam para uma busca de conhecimento por parte dos professores, como já mencionado anteriormente. Há, também, um investimento do governo do estado a fim de melhorar a qualidade de ensino de RO.

Gráfico 4 – Nível de escolaridade dos professores participantes

4. Nível de escolaridade
61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

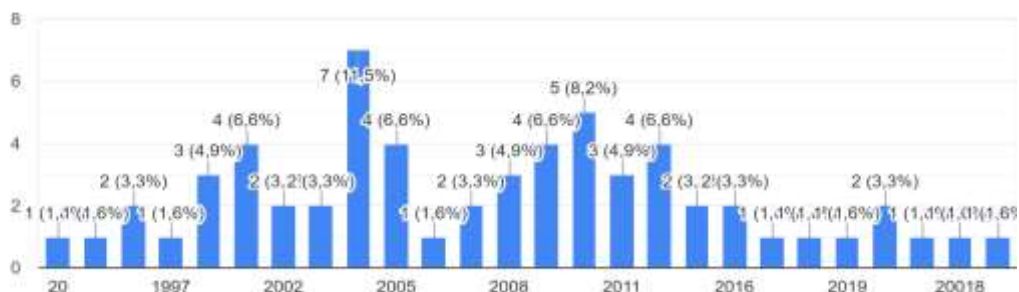
O gráfico a seguir apresenta o ano de conclusão de curso dos professores participantes. Entre os professores que participaram da pesquisa, 1 professor concluiu a graduação em 1984; 2 concluíram a graduação em 1993; 1 concluiu em 1997; 3 professores concluíram em 1999; 4 concluíram em 2001; 2 concluíram em 2002; 7 concluíram em 2004; 4 concluíram em 2005; 1 concluiu em 2006; 2 concluíram em 2007; 3 concluíram em 2008; 4 concluíram em 2009; 5 concluíram em 2010; 3 concluíram em 2011; 4 concluíram em 2012; 2 concluíram em 2014; 2 concluíram em 2016; 1 concluiu em 2017; 1 concluiu em 2018; 1 concluiu em 2018; 1 concluiu em 2019; 3 concluíram em 2020; 1 concluiu em 2023. Os dados apontam que a maioria dos professores está na educação há bastante tempo, confirmando os dados da afirmação 1, na qual os dados apontam que (41%) tem idade entre 41 e 50 anos e apenas 1,6% tem menos de 30

anos. Assim, inferimos que, nos últimos anos, poucas pessoas estão cursando Licenciatura em Letras e ingressando nas escolas públicas.

Gráfico 5 – Ano de conclusão da graduação

5. Ano de conclusão da graduação:

61 respostas.



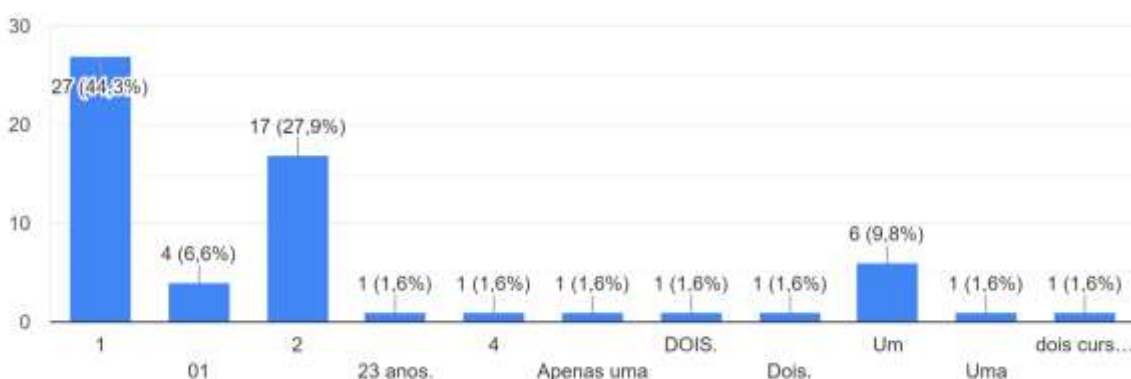
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Quanto à quantidade de cursos de graduação que esses professores cursaram, 39, ou seja, a maioria, concluíram apenas uma graduação; 20 participantes concluíram dois cursos de graduação e 1 participante concluiu quatro graduações. Um não soube responder (Gráfico 6). Os dados apontam que uma boa representação dos participantes (20) – que se soma a mais 1, que concluiu 4 graduações – procurou se graduar em outra área, além de Letras. Inferimos que esses profissionais procuram conhecimento em outras áreas ao invés de se especializarem na mesma área, como podemos observar na afirmação do Gráfico 4, no qual apresentamos o nível de escolaridade dos participantes e apenas 1 possui doutorado completo, 1 participante está cursando doutorado e 21 estão cursando mestrado.

Gráfico 6 – Quantitativo de cursos de graduação

6. Quantos cursos de graduação você concluiu até o momento:

61 respostas.



Fonte: dados da pesquisa (2023).

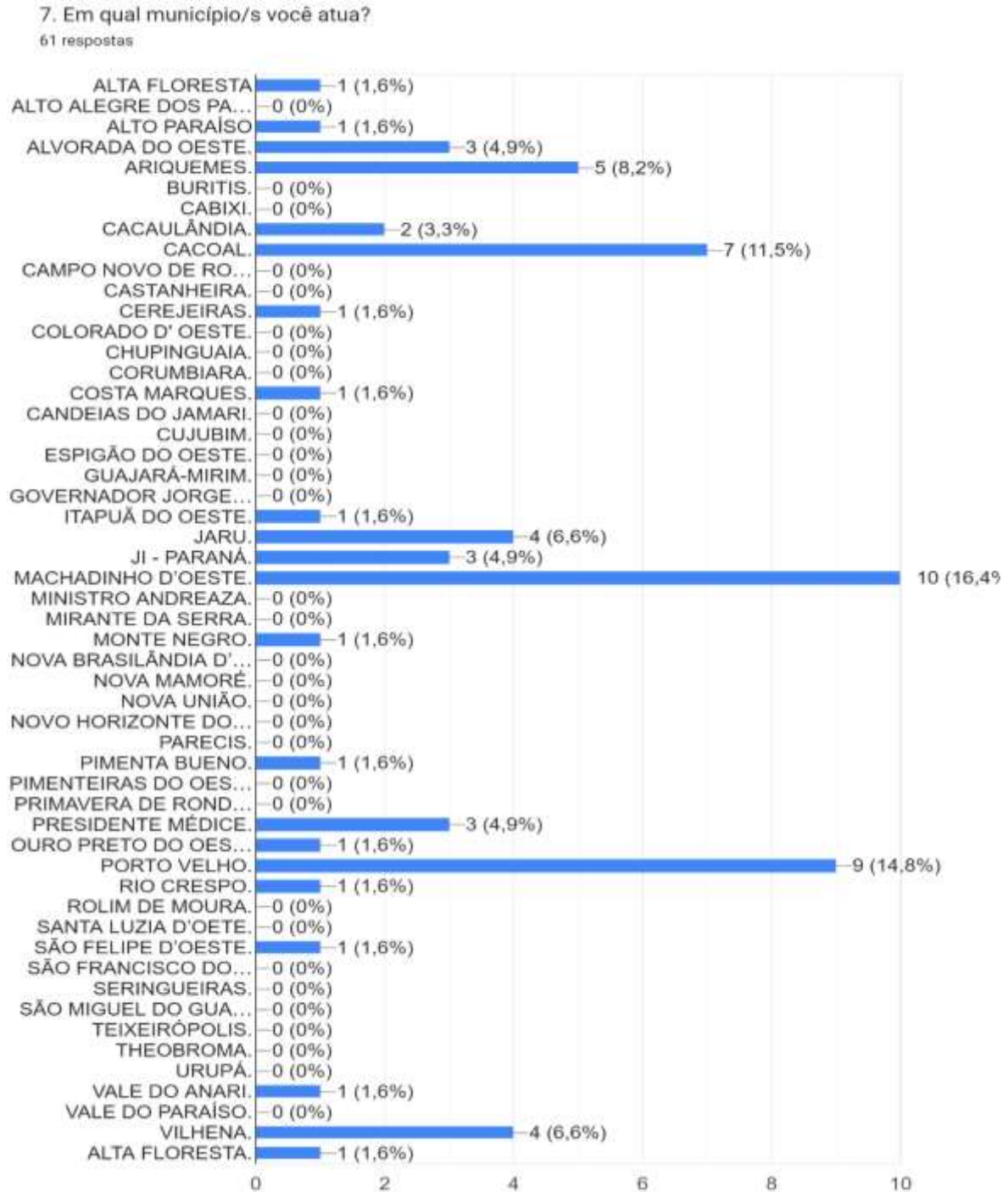
O gráfico a seguir demonstra o município de atuação dos professores de LP de RO. O estado como já mencionado possui 52 municípios e houve a participação de professores de LP de 22 municípios. O município com maior número de participantes foi o município de Machadinho D'Oeste, onde resido, que teve 10 participantes, em seguida o município de Porto Velho com 9 participantes; Cacoal com 7 participantes; Ariquemes com 5; Vilhena e Jaru 4 participantes; Ariquemes, Alvorada do Oeste e Presidente Médice 3; Alta Floresta Cacaupê e 2. Cerejeira, Costa Marques, Itapoã, Monte Negro, Ouro Preto Do Oeste, Rio crosso, São Felipe D'Oeste e Vale do Anari com apenas 1 participante.

Pode-se observar que houve pouca adesão dos professores à pesquisa, tais resultados revelaram que embora a tecnologia ajude a alcançar um número maior de participantes, muitos optam por não revelar suas crenças. No entanto, foi possível analisar as crenças de 61 professores de LP do Ensino Fundamental e Médio de escolas estaduais de RO.

Logo, esses professores participantes revelaram interesse em fazer parte desta pesquisa tão importante para área da LA e da Sociolinguística. Pois, somente assim, através de pesquisas será possível entender melhor o processo de ensino/aprendizagem e buscar melhorias, a fim de que todos sejam alcançados com uma educação de qualidade e que de fato seja inclusiva e não exclusiva.

O Gráfico 7 apresenta os municípios em que os professores participantes atuam. A maioria dos participantes é de Machadinho D'Oeste, município em que a professora/pesquisadora também atua. Ainda, tais municípios são distintos em economia, população, renda *per capita* e mais características do público estudantil.

Gráfico 7 – Município de atuação dos participantes



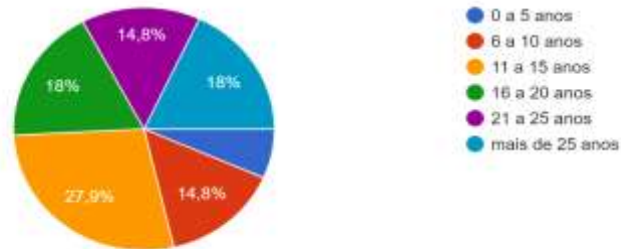
Fonte: dados da pesquisa (2023).

Quanto aos dados referentes ao tempo de atuação dos professores que participaram da pesquisa, 17 professores têm entre 11 e 15 anos de atuação; 11 professores têm entre 16 e 20 anos de atuação em sala de aula; 11 têm mais de 25 anos de atuação; 9 têm entre 21 e 25 anos de atuação e 9 professores têm entre 6 e 10 anos de atuação em sala de aula. Esses resultados corroboram com os dados do Gráfico 1, que representa a idade dos participantes da pesquisa,

sendo que a maioria tem idade entre 41 e 40 anos; além disso, 12 participantes têm idade entre 51 e 60 anos.

Gráfico 8 – Tempo de atuação

8. Tempo de atuação em sala de aula:
61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Conhecendo as crenças e concepções dos professores de LP sobre as VL e seu ensino, é possível problematizar e refletir sobre possibilidades e perspectivas para promover o ensino de LP de forma mais inclusiva, bem como combater o preconceito linguístico. As aulas de LP, em que se insere esta pesquisa, realizam-se através de uma carga horária de 32 aulas semanais. Cada aula tem duração de 45 minutos.

3.2 AS CRENÇAS DOS PROFESSORES EMERGIDAS A PARTIR DAS AFIRMAÇÕES: ANÁLISE DOS DADOS GERADOS

Nesta seção, apresentamos a análise dos dados gerados nos meses de junho e julho de 2023 com 61 professores de LP da rede estadual de ensino de RO à luz dos estudos sobre crenças no contexto escolar, da Sociolinguística e LA, através de um formulário com afirmações que instigou os participantes a revelarem suas crenças a respeito da VL e o ensino de LP.

Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 112), o processo de análise de dados é uma fase da pesquisa que envolve análise, descrição e interpretação dos dados obtidos

A análise deve ser feita a fim de atender aos objetivos da pesquisa e para comparar e confrontar dados e provas com o objetivo de confirmar ou rejeitar a(s) hipótese(s) ou os pressupostos da pesquisa. A análise e a interpretação desenvolvem-se a partir das evidências observadas, de acordo com a metodologia, com relações feitas através do referencial teórico e complementadas com o posicionamento do pesquisador.

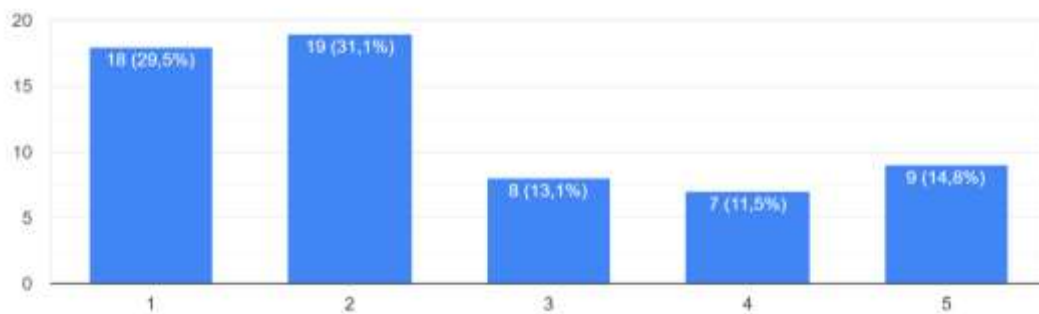
Após a geração de dados, realizamos uma leitura minuciosa e também foram feitas anotações referentes a alguns aspectos mais salientes.

Afirmção 1 – o Gráfico 9 traz o resultado sobre a percepção dos participantes quanto à afirmação de que o Brasil é um país monolíngue e que o português é a única língua falada no país.

Gráfico 9 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 1

1. O Brasil é um país monolíngue, falamos uma língua única que é o português.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Apesar de 18 professores de LP das escolas estaduais de RO discordarem fortemente de que o Brasil é um país monolíngue, 19 discordaram (apenas) e 8 professores assinalaram a alternativa que não concordam nem discordam. Portanto, no universo de 61 participantes, é possível afirmar que somente 18 têm certeza plena de que o Brasil não é um país monolíngue. Como professores de LP, com graduação na área, o esperado seria que os 61 optassem pela alternativa de discordo plenamente, sem titubear.

Mais ainda, somando os 8 que nem concordam, nem discordam, portanto, evidenciando dúvida e mais os 16 professores que acreditam que no Brasil se fala apenas uma língua, temos 24 professores de português que desconhecem a realidade linguística de seu país. Esse é um número bastante elevado, que indica o total desconhecimento do fato de que o Brasil é um país plurilíngue e multicultural.

Além dessa evidência, também, fica a dúvida sobre quais documentos e textos contemporâneos esses professores têm tido acesso, uma vez que a BNCC (2017, p. 70) preconiza:

Ainda em relação à diversidade cultural, cabe dizer que se estima que mais de 250 línguas são faladas no país – indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras, além do português e de suas variedades. Esse patrimônio cultural e linguístico é desconhecido por grande parte da população brasileira.

Sem dúvida, é estarrecedor que, nessa parte da população brasileira referenciada pelo documento, estejam professores de LP, os quais teoricamente deveriam se ocupar de refletir sobre estratégias para o ensino das variantes de nossa língua, bem como sobre como minimizar o preconceito linguístico.

Já o último Censo do IBGE (2022) afirma que foram encontrados no Brasil 305 etnias indígenas que falam 274 línguas. Nesse contexto, cabe destacar Bortoni-Ricardo (2021, p. 41-42):

Entre os indígenas que vivem em contato com a população majoritária, verificam-se diferentes graus de aculturação. Seu repertório linguístico varia do monolinguismo, na língua de sua etnia, que marca uma pequena parcela de seus membros mais idosos, a um bilinguismo instável, que tende a favorecer o português.

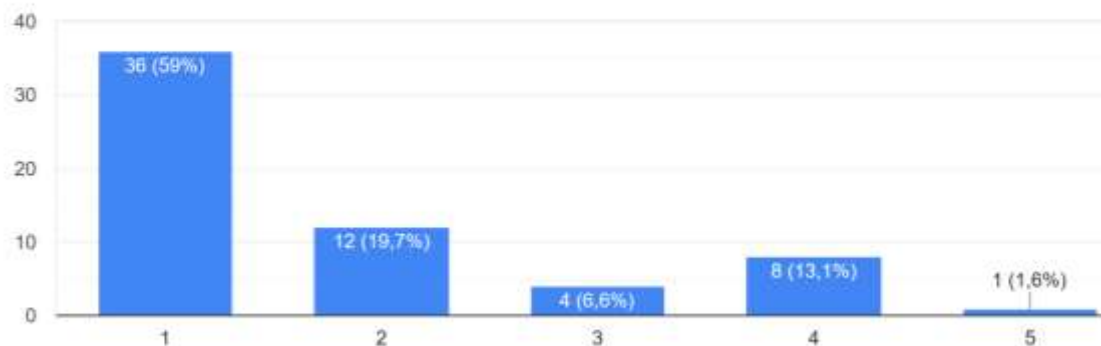
Assim, diante de um contexto de diversidade linguística presente em nosso país, é fundamental que o professor de LP considere que a sala de aula estará permeada por inúmeras situações de uso de diferentes variantes da LP.

Afirmção 2 – O Gráfico 10 traz o resultado sobre a crença dos professores participantes quanto à afirmação de que as variedades linguísticas não constituem um instrumento identitário e não confere identidade a um grupo social

Gráfico 10 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 2

2. As variedades linguísticas não constituem um instrumento identitário, isto é, não é um recurso que confere identidade a um grupo social.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Embora 36 professores discordaram fortemente que as variedades linguísticas não constituem um instrumento identitário do ser humano e 12 discordaram, 4 participantes optaram

pela alternativa que demonstra neutralidade quanto à questão e responderam que não concordam nem discordam. Contudo, oito concordaram e um concordou fortemente com a afirmativa, ficando evidente que 9 professores, num universo de 61 participantes da pesquisa, acreditam que as variedades linguísticas não constituem um instrumento identitário. Segundo Faraco (2008), geralmente as normas da língua são fatores de identificação de um grupo e não podem apenas ser compreendidas como as variedades linguísticas, mas constituem os valores socioculturais dos falantes.

Assim, somando 4 professores que não concordam nem discordam, mais 8 que concordaram e 1 que concordou fortemente, temos, então, 13 professores de LP que, possivelmente, ignoram as variedades linguísticas trazidas pelos alunos para sala de aula.

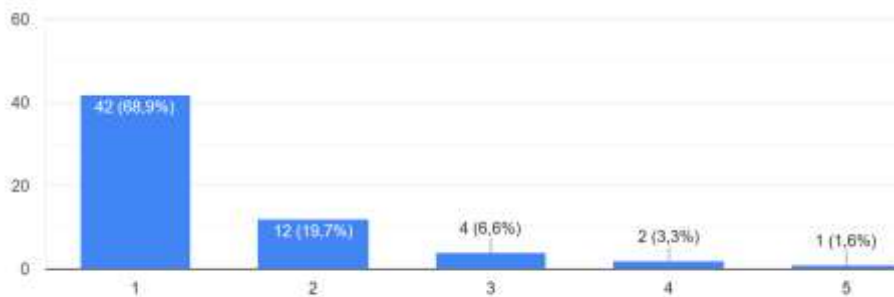
Nesse contexto, é importante frisar também que, segundo Barcelos e Coelho (2010, p. 63), “a importância do estudo de crenças de professores se deve a sua relação com as decisões nas práticas docentes, bem como a sua influência no processo de ensino aprendizagem de alunos e na aprendizagem do ensino de professores”. Sabemos que as crenças são, de modo geral, concepções julgadas verdadeiras ou falsas, sejam elas atribuídas a pessoas, conceitos ou fatos. Ponderamos que, quando um professor de LP acredita que a língua não constitui um instrumento identitário, influenciará no ensino a crença de que todos devemos fazer uso da língua culta e que as diferenças linguísticas não são interessantes.

Afirmção 3 – O Gráfico 11 traz o resultado que evidencia as crenças dos professores participantes da pesquisa sobre a obrigação da escola ensinar a norma culta de prestígio da LP e combater a VL.

Gráfico 11 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 3

3. A escola deve ensinar a norma culta de prestígio da língua portuguesa. A variação deve ser combatida para que tenhamos um língua homogênea em todo o país.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os dados apontam que 42 professores discordaram fortemente que cabe à escola ensinar a norma culta de prestígio da LP e que a VL deve ser combatida e 12 professores discordaram, somando um total de 54 professores de um universo de 61 participantes, porém 4 professores não concordaram nem discordaram, preferindo serem neutros quanto a essa afirmação, transmitindo incertezas quanto ao seu posicionamento diante da sua opinião em relação ao ensino da norma culta e o combate à VL no contexto escolar.

Ainda, dois participantes concordaram e um concordou fortemente com a afirmação, exprimindo que, embora tenha formação em Letras, ainda desconhece a importância de se trabalhar a norma culta da língua e ao mesmo tempo combater o preconceito linguístico em sala de aula.

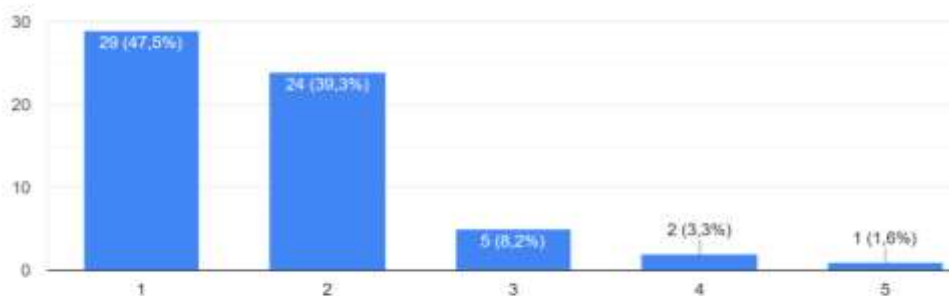
Nesse contexto, Bortoni-Ricardo (2004, p. 37) salienta que “até hoje, os professores não sabem muito bem como agir diante dos chamados ‘erros de português’. [...] erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua”. A autora alerta para a necessidade de melhor compreensão da LP por parte dos professores, a fim de que haja um ensino mais inclusivo, permitindo que todos tenham acesso à norma culta da língua sem serem ridicularizados por suas variedades linguísticas. Enfim, é perceptível o despreparo dos professores e suas crenças infundadas a respeito do ensino de LP e da VL.

Afirmação 4 – O Gráfico 12 traz o resultado sobre a percepção dos professores participantes em relação às possibilidades de ensinar a norma-padrão do nosso idioma em turmas heterogêneas.

Gráfico 12 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 4

4. Não é possível ensinar norma - padrão em turmas heterogêneas.

61 respostas



Fonte: Dados da pesquisa (2023).

Os dados revelam que 29 professores discordaram fortemente de que não é possível ensinar a norma-padrão em turmas heterogêneas e 24 discordaram, totalizando 53 professores num universo de 61 participantes que acreditam que seja possível, sim, ensinar a norma-padrão

de LP em turmas heterogêneas. Contudo, 5 professores escolheram a alternativa em que suas opiniões apresentam incertezas, pois não concordaram nem discordaram.

Ademais, 2 professores concordaram e 1 concordou fortemente com a afirmação. Embora haja muita teoria que trate dessa temática, ainda há professores de LP que não acreditam que seja possível ensinar a norma-padrão do nosso idioma em turmas heterogêneas. Vale ressaltar, ainda, como já mencionado, que o fenômeno da VL é inerente a todas as línguas e, na sala de aula, os estudantes, certamente, fazem uso das variedades que melhor se adaptam ao momento da fala, bem como de acordo com sua idade, origem e classe social.

O pesquisador Frank de Sousa Santos faz uma reflexão interessante a respeito do domínio da norma-padrão. “Todos que ascenderam socialmente dominam a norma-padrão? Certamente, não! Por isso, dominar a norma-padrão de língua não é requisito para “subir na vida” como muito se acredita”. (Santos, 2020, p. 49). Lamentavelmente, os dados dessa pesquisa revelam que, entre os professores de LP de RO, encontram-se professores que não sabem discernir entre o ensino de norma-padrão e o trabalho com as variedades que cada aluno traz para a sala de aula.

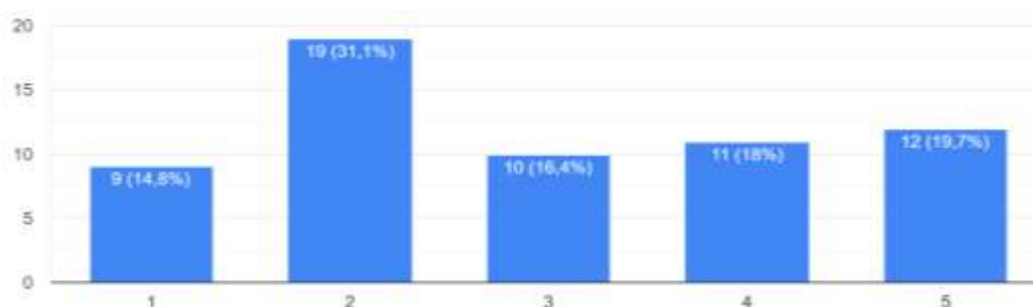
Comumente conhecemos pessoas que, ainda que não tenham domínio da norma culta de prestígio da LP, ascenderam socialmente, são bem-sucedidas. Salientamos que, no contexto escolar, é necessário apresentar a norma-padrão da LP para o aluno com intuito de que ele entenda que a norma-padrão é a língua que prescreve as leis, que está presente nos documentos extremamente oficiais, e é importante aprender os diversos usos da língua, ora devemos entender a norma-padrão, ora devemos entender a VL.

Afirmação 5 – o Gráfico 13 traz o resultado sobre a crença dos professores de LP de RO em relação às práticas de ensino do professor.

Gráfico 13 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 5

5. O professor deve dar o exemplo em sala de aula, utilizando sempre a norma culta, durante as aulas de LP.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os dados dessa afirmação revelaram que 9 professores discordaram fortemente que o professor deve sempre dar o exemplo e usar sempre a norma culta durante as aulas. Somaram-se mais 19 professores que discordaram, totalizando 28 professores que discordam de que o professor deve usar a variedade culta da língua enquanto ministram as aulas de LP. Vale ressaltar que, no início do formulário, antes de o professor respondê-lo, era possível ler uma citação de Faraco (2008) afirmando que norma culta é uma variedade compreendida como um conjunto de fenômenos linguísticos que acontece com frequência no uso dos falantes mais letrados e em situações mais monitoradas da fala e da escrita. No entanto, os dados revelam que, num universo de 61 professores participantes, 28 não veem o momento da aula como um momento em que a fala do professor de LP deve seguir a variedade da norma culta, haja vista que tais professores são considerados letrados. Os que optaram por assinalar a alternativa em que não concordaram nem discordaram somam-se 10. Estes demonstram imprecisões nas suas respostas, revelando, assim, que não têm plena certeza de que o professor deve usar a norma culta da LP em sala de aula.

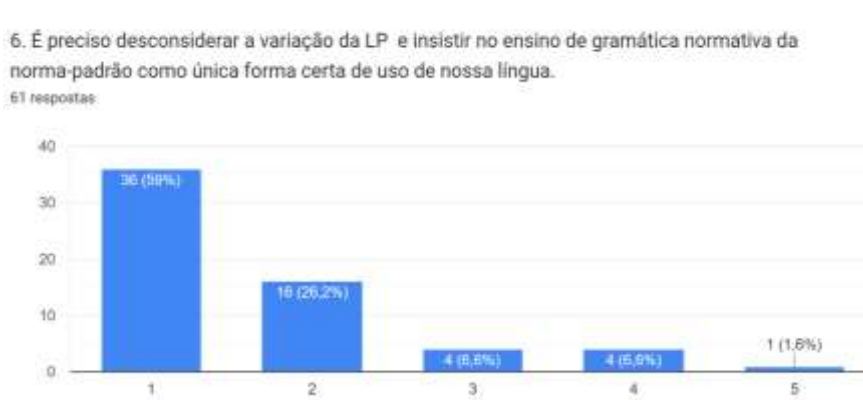
Contudo, 11 professores concordaram com a afirmativa e 12 concordaram fortemente. Somando 23 professores que entendem que a aula é um momento em que a fala do professor de LP deve ser monitorada e que este deve fazer uso da variedade culta da língua dando o devido exemplo, incluindo o estudante.

Bortoni-Ricardo (2017, p. 159) salienta: “Têm os professores, portanto, de ficar alerta à produção linguística de seus alunos em sala de aula promovendo os ajustes necessários, de forma sempre muito respeitosa, nos termos de uma pedagogia culturalmente sensível.” Em consonância com a autora, há necessidade de os professores realizarem um trabalho com a LP de forma bastante reflexiva, a fim de ajustar, ou seja, adequar e não corrigir, não tratando a produção linguística do aluno quando em desacordo com a norma culta sempre como erros de português. Ressaltamos ainda que, geralmente, o ensino da norma-padrão de forma demasiada e descontextualizada é um fator que leva os alunos a se sentirem frustrados ao estudar a LP.

Uma pesquisa realizada por Frank de Sousa Santos, em 2018, numa escola estadual de Parauapebas, no estado do Pará, com 24 alunos do 9º ano do ensino fundamental, evidencia a crença desses alunos quanto ao uso da língua no cotidiano: “62,5% dos alunos (participantes) possuem uma imagem deturpada sobre a própria língua que utilizam no dia a dia”. (Santos, 2020, p. 63). Assim, fica claro que, ao tratarmos o ensino da norma-padrão da LP como a língua de prestígio, transmitimos aos estudantes a crença de que as variedades linguísticas devem ser evitadas, pois não contribuem para o sucesso de seus falantes, bem como não devem ser valorizadas.

Afirmção 6 – o Gráfico 14 traz o resultado sobre as crenças dos professores em relação à desconsideração da VL e ao ensino da gramática normativa da norma-padrão como única forma certa de nossa língua.

Gráfico 14 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 6



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Mesmo que 36 professores tenham afirmado que discordam fortemente e 16 discordam, somam-se, então, 52 professores em um universo de 61 participantes da pesquisa, 4 escolheram a alternativa em que não concordam nem discordam, apresentando dúvidas a respeito da consideração da VL em sala de aula.

Entre esses 61 profissionais da educação do estado de RO, 4 concordam e 1 concorda fortemente com a afirmação, somando 5 professores que revelaram que suas crenças estão fortemente arraigadas no ensino da gramática normativa. Esses dados corroboram com os dados apresentados no Gráfico 1, no qual 16 professores revelaram desconhecimento das variedades linguísticas inerentes ao idioma da LP.

Dessa forma, podemos inferir que, embora sejam poucos, ainda há professores de LP que acreditam que a gramática normativa da norma-padrão é a única forma certa de uso do nosso idioma e a VL deve ser desconsiderada no contexto de ensino e aprendizagem.

Nesse contexto, Almeida e Bortoni-Ricardo (2023, p. 15-16) sugerem que

[...] o estudo da língua não deve vir dissociado da cultura do grupo que a utiliza, o que muito pode contribuir para o ensino da língua na escola, uma vez que o professor, ao se propor a ensinar a Língua Portuguesa nas escolas brasileiras, (...) deve repensar toda sua postura relativa à língua, considerando a forma linguística e os aspectos culturais dos alunos com que vai lidar.

Logo, o professor deve estar preparado para buscar meios de ensinar a gramática normativa da norma-padrão sem desvalorizar, sem desrespeitar a VL dos alunos, haja vista que a VL constitui a identidade dos falantes. Através da língua as pessoas expressam seus

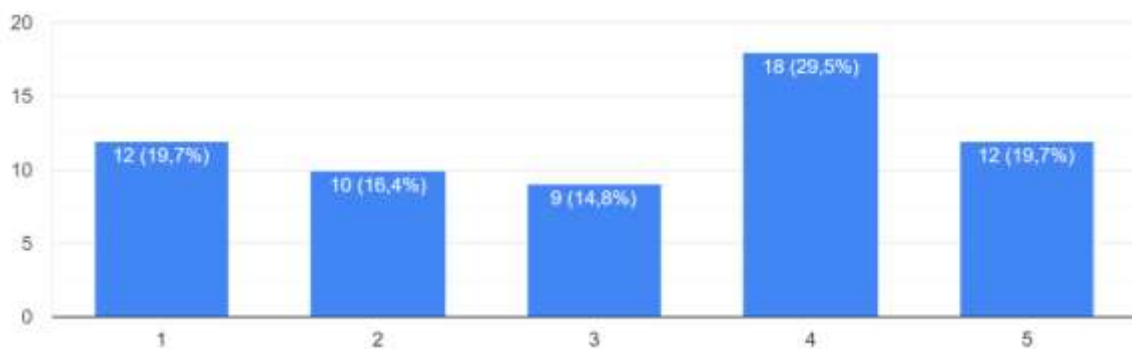
sentimentos, necessidades e anseios; portanto, desconsiderar a VL da LP é o mesmo que desconsiderar o próprio falante.

Afirmção 7 – o Gráfico 15 traz o resultado sobre a crença dos professores de LP de RO sobre o ensino de gramática de LP em sala de aula como garantia de aprendizado da norma culta de nosso idioma.

Gráfico 15 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 7

7. Ensinar a gramática da LP em sala de aula é uma forma de garantir o aprendizado da norma culta de nosso idioma.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os dados revelaram que 12 professores discordaram fortemente e 10 discordaram, somando, então, 22, de que o ensino de gramática é garantia de aprendizado da norma culta. Isso deixa claro que suas crenças quanto ao ensino de LP não estão arraigadas no ensino de gramática normativa. No entanto, 9 professores responderam que não concordam nem discordam, estes somam-se aos 18 que concordaram e 12 concordam fortemente, totalizando 39 professores num universo de 61 participantes que acreditam que o ensino de gramática garante o domínio da norma culta da LP. Vale ressaltar que Marcos Bagno, tratando dos mitos sobre o ensino de LP, ressalta a crença de que saber gramática para falar e escrever bem é um mito, pois não possui fundamentação científica. E, como já foi mencionado, segundo o autor, as gramáticas foram escritas para descrever e prescrever como “regras” e “padrões” as expressões linguísticas usadas de maneira natural pelos escritores considerados dignos de admiração, modelos a serem considerados importantes e imitados.

É surpreendente que, embora haja muitos estudos relacionados ao ensino de LP e o fenômeno da VL, ainda existem muitos professores de LP que acreditam que a gramática é garantia de aprendizado da norma culta do nosso idioma. Logo, esses dados podem estar relacionados ao ano de conclusão da licenciatura dos participantes deste estudo. No Gráfico 8,

notamos que apenas 4 participantes têm entre 0 e 5 anos de atuação e 9 têm entre 6 e 10 anos, totalizando 13 professores num universo de 61 participantes.

Contudo, nesse contexto, Faraco (2008, p. 157) preconiza que

A crítica à gramatiquice e ao normativismo não significa, como pensam alguns desavisados, o abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma culta/comum/*standard*. Refletir sobre a estrutura da língua e sobre seu funcionamento social é atividade auxiliar indispensável para o domínio fluente da fala e da escrita. E conhecer a norma culta/comum/*standard* é parte integrante do amadurecimento das nossas competências linguístico-culturais, em especial as que estão relacionadas à cultura escrita.

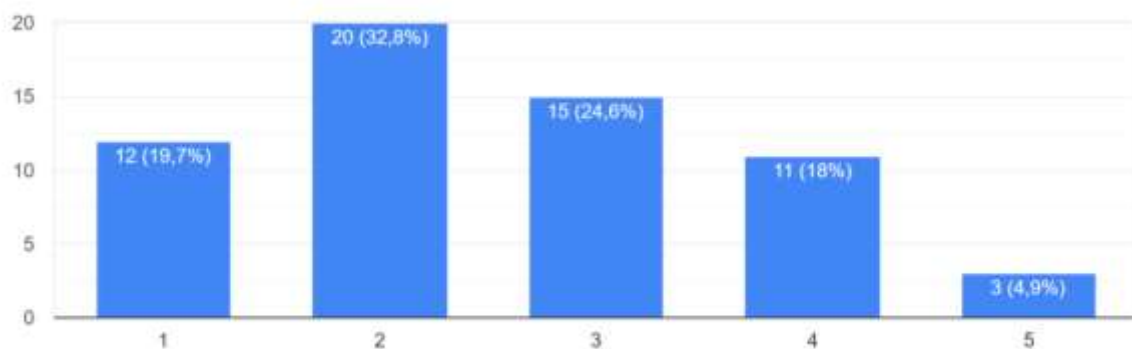
O autor trata como “desavisados” aqueles que pensam que uma crítica relacionada à gramatiquice está intimamente ligada ao abandono da reflexão gramatical e do ensino da norma culta. Segundo Faraco (2008), é essencial refletir sobre o funcionamento da língua como um todo, com intuito de proporcionar ao estudante um domínio fluente tanto na fala quanto na escrita. Assim, entendemos que, para o aluno conhecer a norma culta da LP, não significa obrigatoriamente conhecer a gramática normativa, mas compreender toda a estrutura do nosso idioma.

Afirmção 8 – o Gráfico 16 traz o resultado sobre a percepção dos professores de LP de RO, participantes desta pesquisa sobre as variedades linguísticas dos alunos e o exemplo dos familiares.

Gráfico 16 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 8

8. O aluno fala português errado porque recebe o exemplo de sua família.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Apesar de 12 professores discordarem fortemente e 20 discordarem, 32 discordaram que o aluno fala errado, mas sim faz uso das variedades linguísticas presentes no nosso cotidiano. Além disso, podemos inferir que não necessariamente usam as variedades aprendidas em casa,

haja vista que um aluno que está cursando Ensino Fundamental ou Médio faz parte de grupos específicos da sua idade, até mesmo os da sala de aula, mas também os colegas do futebol, do skate, da natação, do judô, entre outros. São muitos os outros ambientes onde o aluno falante da LP pode ter convívio com a língua em sua diversidade, fazendo com que esse falante faça uso de palavras que não seguem a norma-padrão do nosso idioma; contudo, é inerente aos grupos e aos momentos de fala.

Ainda, 15 optaram pela alternativa que não concordam nem discordam, demonstrando dúvidas quanto às suas próprias crenças em relação à LP brasileira. Somam-se a esses inseguros de suas crenças mais 11 participantes que concordam e 3 concordam fortemente, totalizando 29 professores em um universo de 61 participantes que revelaram que o principal motivo do aluno falar “errado” advém da família.

Nessa perspectiva, Bagno (2007) fala de uma reeducação sociolinguística. De acordo com o autor, a criança aprende na escola a ler e escrever, tem acesso a uma outra modalidade de uso linguístico que nem sempre existe no ambiente familiar. Na escola, a criança descobre que, embora no ambiente familiar ela faça uso da forma *eu conheço ela*, também existem as formas *Eu a conheço*, *Eu conheço-a*. O autor reafirma ainda que:

O verdadeiro problema é considerar que existe uma língua perfeita, correta, bem acabada e fixada em bases sólidas, e que todas as inúmeras manifestações orais e escritas que se distanciam dessa língua ideal são como ervas daninhas que precisam ser arrancadas do jardim, para que as flores continuam lindas e coloridas. (Bagno, 2007, p. 37).

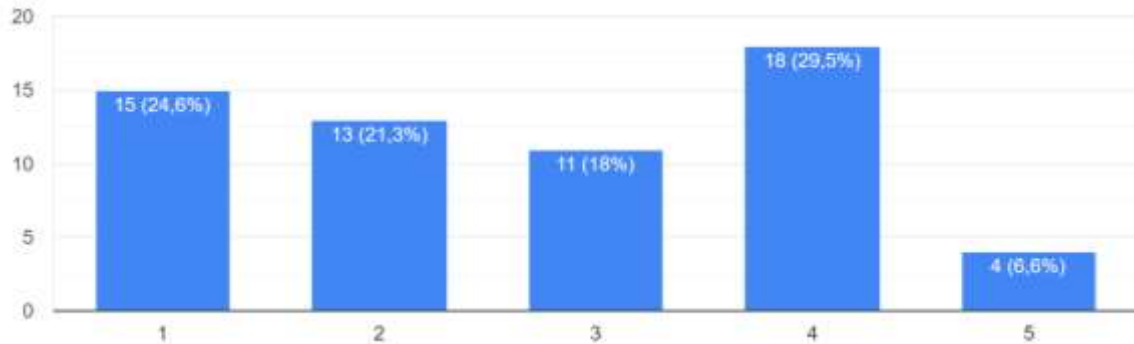
A comparação aplicada pelo autor reflete a ideologia de professores que veem a variedade linguística exclusivamente como “erros” de LP, como mau funcionamento da linguagem, e trata-as como uma erva daninha que prejudica o ensino e aprendizado, ou o uso da norma culta de prestígio do nosso idioma. Isso pressupõe, portanto, uma crença sem fundamentos de que o falar deve sempre seguir as regras da norma-padrão da LP.

Afirmação 9 – o Gráfico 17 traz o resultado da percepção dos professores de LP das escolas estaduais de RO sobre a forma correta do uso do nosso idioma no ambiente escolar.

Gráfico 17 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 9

9. Na sala de aula, muitas "línguas portuguesas" são faladas, mesmo a fala da professora e todos se comunicam. Contudo, nem todas essas línguas faladas são corretas.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os dados apontam que 15 professores discordaram fortemente; estes somam-se aos 13 que discordam, totalizando 28 professores que discordaram dessa afirmação. Assim, fica evidente que, num universo de 61 professores de LP, 28 não acreditam que existe uma língua correta, o que existe são formas diferentes de falar que dependem do fenômeno da VL.

Ainda, 11 professores assinalaram a alternativa em que não concordam nem discordam, apresentando dúvidas quanto às suas próprias crenças. Porém, 4 professores concordaram fortemente e 18 concordaram, ficando claro que, num universo de 61 professores de LP, 22 revelaram ter certeza de que, entre as muitas línguas portuguesas faladas na sala de aula, nem todas são corretas. Esses dados corroboram com o resultado do Gráfico 1, no qual 16 professores acreditam que o Brasil é um país unilíngue e falamos uma única língua.

Nessa perspectiva, Faraco (2008, p. 180) afirma:

[...] acima de tudo, (é preciso) uma pedagogia que sensibilize as crianças e os jovens para a variação, de tal modo que possamos combater os estigmas linguísticos, a violência simbólica, as exclusões sociais e culturais fundadas na diferença linguística.

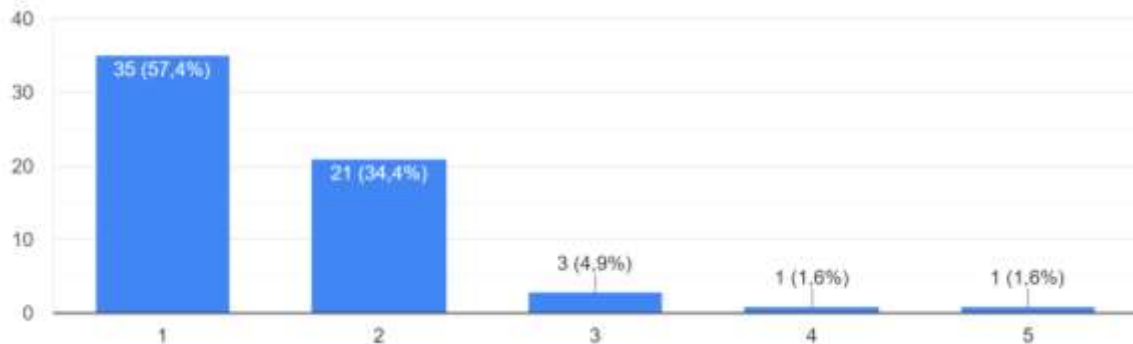
Logo, cabe reafirmar que há uma quantidade elevada de professores de LP que consideram a VL como erro de português, até mesmo entre professores da área. Porém, Faraco (2008) chama a atenção para a necessidade de se trabalhar com uma pedagogia que sensibilize os estudantes de forma a combater o preconceito linguístico e não o instigar.

Afirmação 10 – o Gráfico 18 traz os dados sobre a crença dos professores em relação à fala das pessoas de regiões pobres (periferias das grandes cidades, área rural), suas características, seus erros e sua valorização em sala de aula.

Gráfico 18 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 10

10. A fala de pessoas de regiões pobres é ruim e pode conter erros e não convém ser valorizada em sala de aula.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Os dados apontam que 35 professores discordaram fortemente da afirmação, 21 discordaram, somando um total de 56 professores num universo de 61 respondentes da pesquisa. Entretanto, 3 participantes assinalaram a alternativa em que não concordam nem discordam, 1 assinalou a alternativa concordando somente e 1 participante da pesquisa concordou fortemente. Assim, observamos que 5, lamentavelmente, acreditam que pessoas pobres falam errado e que essas variedades linguísticas não devem ser valorizadas.

Consoante a BNCC (2017), é função do professor refletir sobre o fenômeno da VL, tanto a variação prestigiada quanto a VL estigmatizada.

Cabem também reflexões sobre os fenômenos da mudança linguística e da variação linguística, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas devem ser objeto de reflexão e o valor social atribuído às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BNCC, 2017, p. 83).

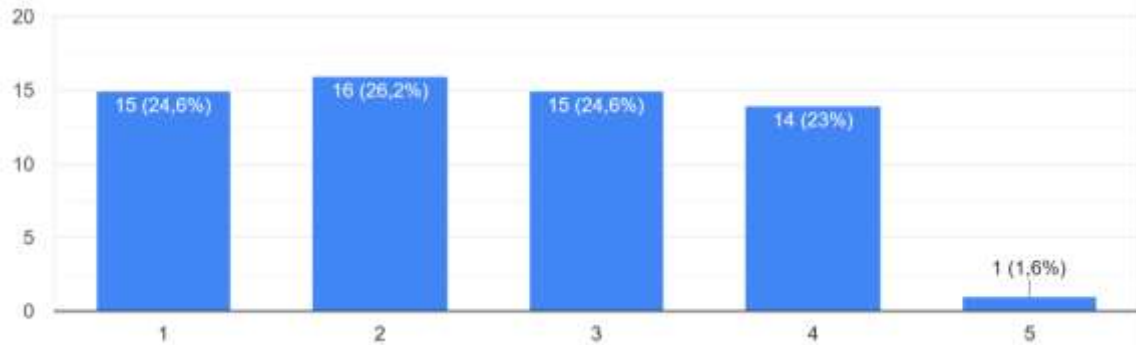
Logo, no contexto escolar, é importante que o professor reflita sobre os valores simbólicos atribuídos à VL que, muitas vezes, está relacionada ao contexto social do falante, e não simplesmente à sua língua.

Afirmação 11 – o Gráfico 19 traz os resultados sobre as crenças dos professores quanto às falas das pessoas cultas, sua observação e ensino.

Gráfico 19 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 11

11. As falas de pessoas cultas, como aquelas que assistimos em algumas novelas ou programas de televisão, é um bom modelo para ser observado e ensinado em sala de aula.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Apesar de 15 participantes discordarem fortemente e 15 discordarem apenas com a afirmação, 15 professores assinalaram a alternativa em que não concordam nem discordam, apresentando dúvidas quanto às suas crenças. Além disso, 14 professores concordaram com a afirmação e 1 professor participante concordou plenamente, totalizando 15 professores de LP, que as falas de pessoas cultas devem ser observadas e ensinadas em sala de aula. Assim, podemos afirmar que existe uma crença de que as falas das pessoas cultas são mais bonitas, mais adequadas e que deve ser ensinada e valorizada em sala de aula. A esse respeito Bortoni-Ricardo (2004, p. 34) preconiza:

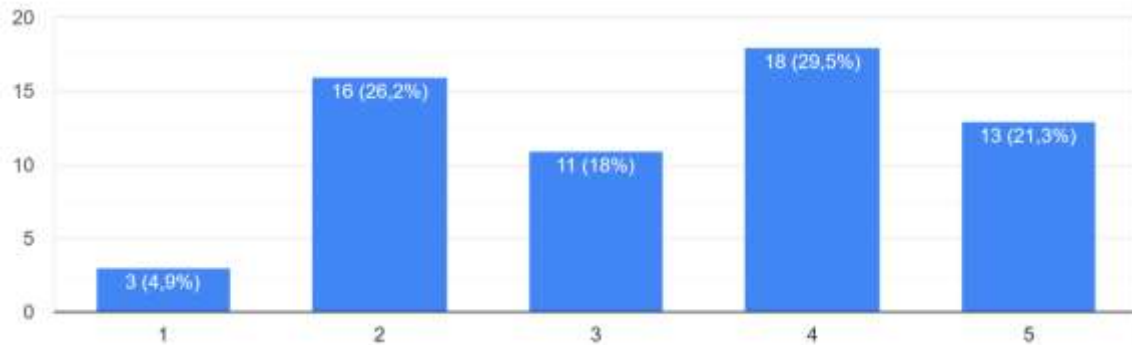
As variedades faladas pelos grupos de maior poder político e econômico passam a ser vistas como variedades mais bonitas e até mais corretas. Mas essas variedades, que ganham prestígio porque são faladas por grupos de maior poder, nada tem de intrinsecamente superior às demais. O prestígio que adquirem é mero resultado de fatores políticos.

Afirmação 12 – o Gráfico 20 traz os resultados sobre as crenças dos professores investigados sobre os anos de escolarização de uma pessoa e seu repertório linguístico.

Gráfico 20 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 12

12. Os anos de escolarização de uma pessoa e a qualidade das escolas que frequentou tem influência em suas variedades linguísticas.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Através dessa afirmação, observamos que 3 professores discordaram fortemente e 16 discordaram apenas; portanto, são 19 professores de LP de escolas estaduais de RO que não acreditam que os anos de escolarização e a qualidade das escolas não influenciam em suas variedades linguísticas.

Entre os professores pesquisados, 11 assinalaram a alternativa “não concordo nem discordo”, revelando imparcialidade quanto à afirmação; 18 professores concordaram e 13 concordaram plenamente. Dessa forma, 31, num universo de 61 professores participantes, têm convicção de que os anos de escolarização e a qualidade do ensino influenciam nas variedades linguísticas dos estudantes.

Esse resultado vem de encontro com a reflexão de Bagno (2013, p. 175) sobre a função do professor e da professora de LP. Segundo o autor,

cabe à professora e ao professor de língua portuguesa o trabalho da reeducação sociolinguística de seus alunos e de suas alunas. O que isso significa? Significa valer-se do espaço e do tempo escolares para formar cidadãos e cidadãs conscientes da complexidade da dinâmica social, conscientes das múltiplas escalas de valores que empregamos a todo momento em nossas relações com as outras pessoas por meio da linguagem. (Bagno, 2013, p. 175).

Certamente os anos de escolarização de uma pessoa influenciam em seu repertório linguístico, por isso a importância de instigar o senso crítico do aluno para que este faça uma reflexão sobre as diversas manifestações linguísticas dos seres humanos enquanto seres falantes. Ainda consoante o mesmo autor,

[...] a educação linguística primária, primordial se dá logo no início da vida de qualquer pessoa, quando ela entra num mundo rodeado de outras pessoas que não param de falar ao seu redor. Quando essa pessoa vai para a escola, tudo que ela aprendeu espontaneamente até então em seu convívio familiar, comunitário, social, vai se transformar em saber formalizado, sistematizado, delimitado em áreas específicas de conhecimento, rotulado por meio de conceitos, explicado com a ajuda de teorias. (Bagnó, 2013, p. 175-176).

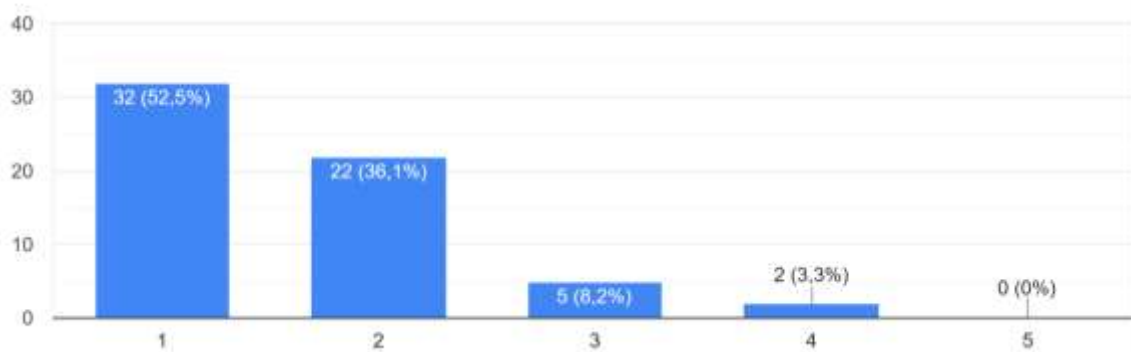
Concordamos com o autor, visto que a escola é, sim, o lugar onde os estudantes buscam não apenas conhecimentos gramaticais da LP, mas, principalmente, um enriquecimento das variedades linguísticas, além de realizar uma reflexão sobre a própria língua.

Afirmção 13 – o Gráfico 21 traz o resultado sobre a crença dos professores participantes sobre o uso da língua informal, bem como suas variedades linguísticas faladas por pessoas integrantes de comunidades pobres.

Gráfico 21 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 13

13. Somente os grupos sociais de comunidades pobres e não escolarizadas usam expressões informais que não aparecem nos dicionários ou gramáticas.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Esse resultado corrobora com o resultado da afirmação 10, na qual 35 professores discordaram fortemente de que a fala de pessoas pobres é ruim e pode conter erros, pois 32 participantes discordaram fortemente de que somente os grupos sociais de comunidades pobres usam expressões informais que não aparecem nos dicionários ou gramáticas; 22 professores participantes da pesquisa discordaram somente; 5 participantes optaram por assinalar a alternativa em que não concordam nem discordam. Todavia, 2 concordaram, corroborando com o resultado da afirmação 10. Desse modo, podemos inferir que 54 professores, num universo de 61 participantes, acreditam que a linguagem informal não faz parte apenas do repertório linguístico de comunidades pobres, mas também de pessoas ricas e altamente letradas.

Bortoni-Ricardo (2021, p. 58-59) preconiza:

[...] nosso comportamento linguístico sofre permanentes e concorrentes influências, dependendo da identidade social dos falantes, [...] A identidade social por sua vez é marcada por gênero, idade e antecedente regional do falante, além de sua contribuição ao sistema de produção e de seu pertencimento a grupo ocupacional, religioso, vicinal etc.

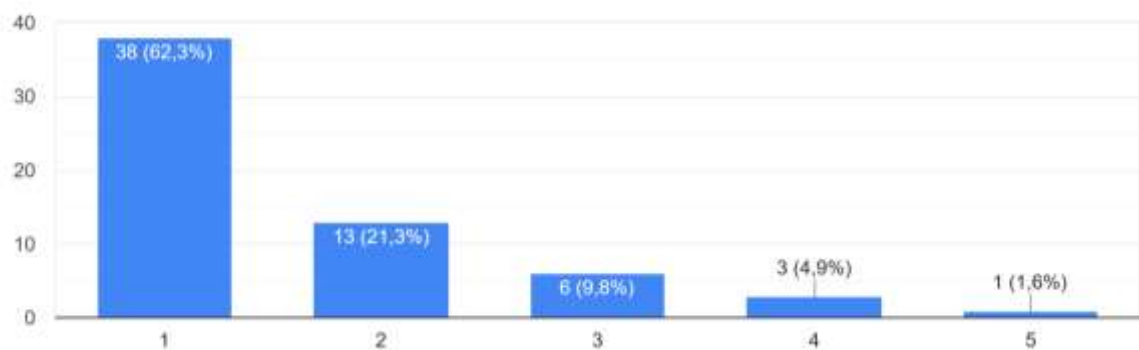
Assim, podemos reafirmar que a VL é um fenômeno inerente a todas as línguas, bem como a todos os falantes de LP. As expressões linguísticas informais são sempre adequadas de acordo com o momento e também de acordo com o interlocutor.

Afirmção 14 – o Gráfico 22 traz o resultado sobre a crença dos professores em relação à capacidade dos falantes de LP dominarem apenas uma variedade da língua.

Gráfico 22 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 14

14. Os falantes da LP são unilíngues, são capazes de dominar apenas uma variedade da língua.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Entre os 61 participantes, 38 discordaram fortemente e 13 discordaram somente. Então, 51 discordaram dessa afirmação, o que contradiz as respostas da afirmação 1, na qual apenas 18 professores têm plena convicção de que o Brasil é um país monolíngue e que falamos uma única língua – o português. Ainda, 6 participantes assinalaram a alternativa em que não concordaram nem discordaram, apresentando dúvidas quanto às suas crenças. Somam-se a estes 3 professores que concordaram e 1 que concordou fortemente com a afirmação.

Nesse contexto, Faraco e Zilles (2017, p. 32) preconizam:

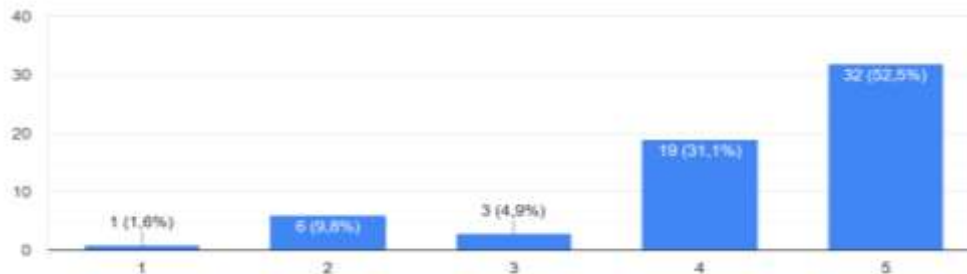
As variadas formas de ocupação demográfica de cada ponto do território em que se assume em que uma língua é falada; as diferentes circunstâncias históricas que se desenvolve em cada um desses pontos; a variadíssima [...] dinâmica da vida social e cultural - essa diversidade toda repercute nas formas como a língua é falada nas diferentes regiões de um país, em diferentes momentos de sua história, por diferentes segmentos sociais [...] e em diferentes contextos [...]

Os autores corroboram para o combate à inadmissível e fracassada ideia de que os falantes da LP são unilíngues, capazes de dominar apenas uma variedade da língua. Isso porque reafirmam que a VL está intimamente ligada a fatores geográficos, históricos, sociais e culturais, o que é característico a todo falante de uma língua.

Afirmção 15 – Questionados sobre a responsabilidade do professor de LP em abordar questões sobre VL, 1 professor discorda fortemente, 6 discordaram, 3 não concordaram nem discordaram, 19 participantes concordaram e 32 foram categóricos em dizer que concordam plenamente que é de responsabilidade do professor de LP abordar em sala de aula assuntos relacionados à VL, a fim de sensibilizar os alunos do fenômeno existente no nosso idioma (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 15

15. É de responsabilidade do professor de LP abordar em sala de aula temas sobre a variação linguística para que os estudantes se sensibilizem e compreendam o fenômeno existente na LP.
61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Consoante Soares (2021, p. 77), a solução para combater a estigmatização das variedades linguísticas está pautada numa mudança de atitudes de todos.

[...] numa mudança de atitude de professores, e da população em geral, que deveriam ser educados para compreender que todas as variedades são igualmente válidas, corretas, e que não há razões legítimas para a discriminação de falantes que usam variedades apenas diferentes das que tem prestígio no contexto social. O ideal, segundo essa perspectiva, seria uma sociedade livre de preconceitos linguísticos, em que cada um pudesse usar sua própria linguagem sem medo da censura, e uma escola que não interferisse no comportamento linguístico dos alunos, interferência que constitui, segundo os partidários dessa postura um verdadeiro imperialismo educacional.

Desse modo, inferimos que cabe à escola num todo, mas em especial ao professor de LP, além de abordar, refletir no contexto escolar temas pertinentes à VL, a fim de que haja uma mudança no comportamento dos estudantes quanto à VL de que cada falante faz uso. Isso porque esta revela a identidade de quem fala, sobretudo, de suas origens, da cultura de uma pessoa. Logo, a escola precisa abandonar o senso de imperialismo (função de impor, determinar, ser detentora

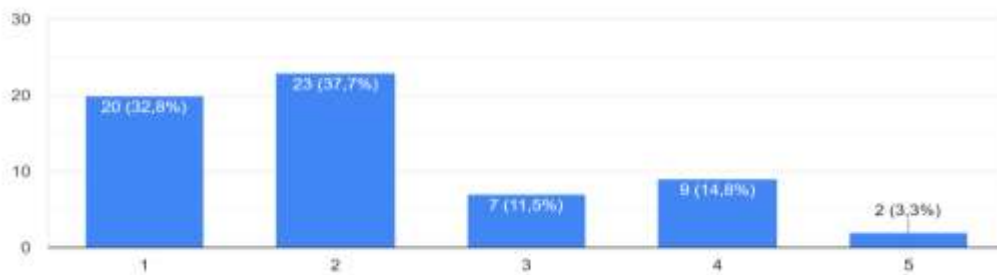
da verdade no tratamento da linguagem). Como bem frisou a autora, todas as variedades são igualmente satisfatórias e certas, e não há motivos para a estigmatização de usuários da língua que empregam variedades apenas diferentes das que têm prestígio na sociedade.

Afirmção 16 – o Gráfico 24 traz os resultados sobre a crença dos professores acerca do ensino e da exigência do uso da norma-padrão em sala de aula e o preconceito linguístico que, muitas vezes, desestimula os alunos.

Gráfico 24 – Percepção dos participantes quanto à afirmação 16

16. Ensinar e/ou exigir o uso da norma-padrão da LP em sala de aula gera preconceito e desestimula o aprendizado.

61 respostas



Fonte: dados da pesquisa (2023).

Entre os 61 participantes, 20 discordaram fortemente de que exigir ou usar a norma-padrão em sala gera preconceito e desestimula o aprendizado, 23 discordaram, 7 concordaram e 2 concordaram plenamente.

Portanto, observamos que a maioria dos participantes não acredita que o ensino ou uso da norma-padrão em sala de aula possa gerar preconceitos e ainda desestimular o aprendizado. Faz parte das competências de LP para o ensino fundamental “compreender o fenômeno da VL, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceito linguístico.” (BNCC, 2017, p. 87). Sem dúvida, se o ensino da norma-padrão for realizado de forma sensata, buscando a reflexão dos alunos sobre o uso adequado, não haverá espaço para preconceitos linguísticos e desestimulação pelo aprendizado, tendo em vista que aprender a norma-padrão é necessário, porém de forma inclusiva e não excludente. A BNCC (2017) aborda sobre a importância da valorização do repertório linguístico no contexto escolar:

Assim, é relevante no espaço escolar conhecer e valorizar as realidades nacionais e internacionais da diversidade linguística e analisar diferentes situações e atitudes humanas implicadas nos usos linguísticos, como o preconceito linguístico. Por outro lado, existem muitas línguas ameaçadas de extinção no país e no mundo, o que nos chama a atenção para a correlação entre repertórios culturais e linguísticos, pois o desaparecimento de uma língua impacta significativamente a cultura. (BNCC, 2017, p. 70).

Esse texto da BNCC nos permite refletir sobre a possibilidade de extinção de algumas línguas no Brasil, entre as quais podemos citar as línguas indígenas, crioulas e africanas. O desaparecimento de uma língua pode afetar de forma considerável a cultura de um povo. Assim, cabe ao professor de LP não apenas ensinar norma-padrão, mas, sobretudo, refletir sobre o uso da língua em diversos contextos e numa busca contínua trabalhar a fim de combater o preconceito linguístico, haja vista que este sim pode provocar no estudante o desinteresse pelo aprendizado da LP.

Ainda na BNCC (2017, p. 161), nas práticas da linguagem, no campo artístico-literário, trata-se das habilidades, entre as quais está “reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o preconceito linguístico”. Assim, a BNCC determina que é função do professor de LP apresentar o conceito da norma-padrão da LP e o fenômeno da VL, variedades e variantes linguísticas e o preconceito que os cerca.

Também estabelece uma habilidade da LP de acordo com a BNCC (2017, p. 161): “Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.” Desse modo, ensinar LP implica instigar o aluno a examinar seu comportamento linguístico diante da fala e da escrita que ora deve seguir as normas da norma-padrão da LP, ora não exige tanta rigidez quanto ao uso. Isso porque o aluno precisa de aprender que ele pode e deve “empregar, nas interações sociais, a variedade e o estilo de língua adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso, respeitando os usos das línguas por esse(s) interlocutor(es) e sem preconceito linguístico.” (BNCC, 2017, p. 494). Para tanto, o professor é peça fundamental para exaltar no âmbito escolar práticas educativas que corroboram para um ensino e aprendizagem reflexivo quanto ao emprego da VL. Assim, 43 professores participantes da pesquisa discordam que ensinar ou exigir o uso da norma-padrão em sala de aula gera preconceito, tampouco desestimula o aprendizado do aluno.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da pesquisa consistiu em investigar as crenças dos professores de LP de Rondônia sobre o fenômeno da VL, buscando evidenciar as possíveis influências no ensino e aprendizagem no contexto escolar de professores de LP das escolas públicas estaduais do Ensino Fundamental e Médio do estado de RO.

A partir do delineamento do objetivo geral, foram projetados objetivos específicos que, por sua vez, correlacionam-se com os resultados obtidos na pesquisa:

- a) Investigar estudos brasileiros que evidenciem as crenças dos professores de LP a respeito do tratamento da VL em sala de aula. Observamos, a partir de uma pesquisa bibliográfica, que há muitos estudos realizados nas últimas décadas, a fim de elucidar as crenças dos professores de LP e as implicações pedagógicas dessas crenças no contexto de ensino e aprendizagem.
- b) Compreender possíveis fatores que desencadeiam os preconceitos em relação à VL. Após a análise dos resultados, podemos perceber que, muitas vezes, o preconceito começa na sala de aula, pois, quando o professor de LP insiste em dizer para o estudante que existe uma única forma de usar a língua, e tudo que foge a esta norma-padrão é considerado errado, está – mesmo que de forma inconsciente – fazendo com que o aluno se sinta constrangido e, assim, pensando que não sabe português. Isso ficou confirmado no Gráfico 11, no qual 23% consideram que a fala de pessoas cultas é um bom modelo a ser observado e ensinado em sala de aula. Além disso, 24% dos participantes da pesquisa optaram por ficarem neutros a essa questão, não se posicionaram, assinalando a opção de que não discordam nem concordam. Na afirmação 8, constatamos que 18% dos participantes da pesquisa concordam que o aluno fala errado porque recebe o exemplo da família. Logo, esses professores não reconhecem a VL como um fenômeno inerente a todas as línguas, pois é necessário ressaltar que o “erro” do aluno nem sempre diz respeito à língua que ele usa no seio familiar, mas pode ser entre os colegas do esporte, da escola, da igreja, entre outros ambientes que os levam a optar por uma variedade que não segue a norma-padrão da LP brasileira. Além disso, Bagno ressalta que todos os falantes fazem uso das regras de uma língua, pois, por menor que seja uma criança, ela sabe que, na organização de uma frase na LP, usa-se primeiro o artigo, depois o substantivo e, por último, o adjetivo. Exemplo: O gato é fofinho. Segundo o autor, por menor que seja uma criança, não falará “fofinho gato é”. Assim, todos usam as regras necessárias para a compreensão entre falantes de uma mesma língua.

- c) Detectar as crenças de professores de LP do estado de RO em relação à VL, utilizando um questionário do tipo *Likert-scale*. Quando analisamos o Gráfico 3, detectamos que 68,9% dos participantes discordam fortemente de que a VL deve ser combatida em sala de aula. Logo, esses participantes demonstram que acreditam que a norma-padrão da LP deve ser trabalhada juntamente às variedades linguísticas trazidas pelos estudantes para sala de aula.
- d) Analisar os dados gerados por meio do questionário à luz do referencial teórico elaborado. Esse objetivo foi atingido, pois constatamos que a teoria estudada confirma que “Em nosso país, embora a língua padrão seja associada ao contexto, seu uso é restrito aos grupos sociais que têm a oportunidade de frequentar boas escolas”. (Bortoni-Ricardo, 2021, p. 30). Assim, constatamos no Gráfico 12 que 29,5% dos participantes desse estudo concordaram e 21,3% concordaram fortemente que a escolarização de uma pessoa e a qualidade das escolas que frequentou têm influência em suas variedades linguísticas.
- e) Discutir os resultados das análises, evidenciando as contribuições desse estudo para a área. Após a aplicação do questionário, observamos que o estudo contribuiu para melhor compreensão das crenças dos professores. Assim, é possível traçarmos metas para a continuação desse estudo, bem como é perceptível a necessidade de formação continuada para professores da rede pública de ensino estadual de RO. Isso porque, embora tenhamos uma parcela significativa de professores que reconhecem a importância de se trabalhar o fenômeno da VL em sala de aula, muitos desses professores afirmaram que o Brasil é um país unilíngue e que falamos uma única língua que é o português brasileiro. Portanto, esse dado demonstra falta de conhecimento por parte desses professores.

Enfim, esses objetivos foram alcançados, pois constatamos que as crenças de alguns professores de LP ainda estão muito centradas em ensinar a norma-padrão do nosso idioma. No entanto, há professores que conseguem entender o real significado da língua, ensinam o aluno a também ter esse conhecimento, a saber: o conhecimento de que a língua muda de acordo com o momento do uso. Os resultados deste estudo apontam para uma necessidade de formação continuada dos professores de LP sobre o ensino do nosso idioma e o fenômeno da VL, haja vista que muitos professores não reconhecem que a VL constitui a identidade do falante; assim, não dão importância ao trabalho em sala de aula.

Além disso, após os estudos e análises dos resultados, concluí que obtive grande avanço enquanto professora/pesquisadora, sendo capaz de reavaliar meu próprio conceito de crenças

sobre o fenômeno da VL, tendo um olhar mais sensível e flexível para as variedades trazidas pelos alunos ao contexto escolar. Entendo que, como professora/pesquisadora, preciso trabalhar a norma-padrão da LP, porém, como bem frisa Marcos Bagno (2013), essa norma deve ter lugar garantido no ensino, contudo não pode ser, como tem sido, um lugar exclusivo e excludente.

Para o alcance desses objetivos, delimitamos a fundamentação teórica em Barcelos (1995, 2001, 2004, 2007), Bagno (1999, 2001, 2007, 2013, 2014), Bortoni-Ricardo (2004, 2008, 2017, 2021), Faraco (2008), Faraco e Zilles (2017); no que diz respeito à VL, em documentos oficiais: PCNs (2000), BNCC (2017) e RTR (2021), Madeira (2015).

As observações de Bortoni-Ricardo quanto ao trabalho reflexivo dos professores se confirmam ao longo desta pesquisa. Afinal, mesmo diante das orientações dos documentos oficiais para inclusão da abordagem da VL no currículo escolar, o trabalho em sala de aula ainda tende a privilegiar a norma-padrão da LP. Portanto, a inclusão de temas sobre a VL em sala de aula surge como estratégia de inclusão social e dar vozes àqueles que, muitas vezes, têm vergonha de se comunicar por medo de serem ridicularizados por seus interlocutores.

A crença, em sua essência, desenvolve um papel primordial na vida do ser humano e na vida dos professores e pode influenciar nas crenças dos estudantes, pois estes ainda estão em fase de formação pessoal. Assim, contribui para moldar o comportamento, ora para o lado positivo, ora para o negativo.

Este estudo, de natureza qualitativa, foi construído tendo como base estudos da LA e da Sociolinguística. Está inserido na linha de pesquisa “Constituição e Interpretação do Texto e do Discurso” e teve como temática as crenças dos professores de LP de Rondônia sobre VL.

Para a metodologia, adotamos a aplicação de um questionário *Likert Scale*, no qual o participante expõe sua opinião a respeito da temática sugerida sem se expor. Utilizamos como referência os estudos de Barcelos (2001), com a opção pela abordagem normativa. Segundo a autora, a abordagem normativa é uma forma que usa questionário *Likert-scale*, no qual o participante é instigado a emitir seu grau de concordância ou discordância em relação às perguntas direcionadas. Barcelos afirma “[...] esse tipo de questionário contém afirmações com alternativas que vão desde ‘eu concordo inteiramente’ até ‘eu discordo inteiramente’”. (Barcelos, 2001, p. 76).

De acordo com a autora, essa abordagem é pertinente à pesquisa, uma vez que busca conhecer de forma subjetiva a crença, a opinião dos professores sobre VL e quais as implicações dessas crenças no contexto escolar. Para ela, os estudos inseridos na abordagem normativa, normalmente, descrevem e classificam os tipos de crenças que os aprendizes mostram (Barcelos, 2001, p. 6). A autora observa que, ao utilizar essa abordagem, o pesquisador

descreve, apresenta os tipos de crenças e classifica, define os tipos de crenças dos participantes da pesquisa.

O estudo foi realizado com 61 professores de LP do Ensino Fundamental e Médio de escolas públicas estaduais de RO num universo de 1965 professores ativos na educação em 2023. A motivação central que impulsionou a desenvolver este estudo foi a intenção de compreender as crenças dos professores de LP sobre o fenômeno da VL e suas possíveis implicações pedagógicas no contexto escolar. As crenças são convicções julgadas verdadeiras sobre determinado conceito. “[...] relacionadas ao ensinar e ao aprender provavelmente começam a se desenvolver no indivíduo antes mesmo de ele ter consciência delas”. (Sturm, 2007, p. 39). Assim, com base em estudos teóricos, debatemos e aplicamos mediante pesquisa de campo.

A pesquisa teve origem em meus questionamentos sobre o ensino da norma-padrão de LP e o tratamento da VL, o que se converteu no problema central da pesquisa: de que maneira as crenças dos professores de LP sobre VL implicam no ensino? É bem comum ouvirmos de professores de LP que a disciplina é para ensinar a falar e escrever corretamente. Mas dificilmente encontramos algum professor que, de fato, compreenda o real significado da língua, o de comunicação e interação social. Esta deve ser abordada de maneira a despertar no estudante o interesse em conhecer como usá-la em diferentes circunstâncias. Por meio da pesquisa aplicada, foi possível entender as crenças dos professores de LP a respeito da VL.

Os resultados obtidos demonstram que muitos professores de LP das escolas estaduais de RO não estão preparados para ensinar a LM de forma reflexiva, incluindo temáticas sobre a VL no contexto escolar. As variedades linguísticas refletem a identidade dos falantes, portanto, precisam ser respeitadas e valorizadas, sobretudo na sala de aula. É um tanto alarmante que apenas 18 professores de LP tenham plena convicção de que o Brasil não é um país unilíngue, demonstrando que desconhecem a variedade linguística de seu país, bem como a desvalorizam.

De acordo com Bortoni-Ricardo (2017), não muito longe do estado de RO, no Amazonas, em especial no município de São Gabriel da Cachoeira, são faladas mais de 23 línguas diferentes. Entre estas, 3 línguas indígenas foram co-oficializadas pela Câmara de Vereadores desse município em 2002: o tukano, o nheengatu e o baniwa.

Além disso, na afirmação 2, observamos que 8 professores discordam de que as variedades linguísticas constituem um instrumento identitário, revelando total desconhecimento a respeito do fenômeno da variação linguística. No entanto, Bortoni-Ricardo (2021, p. 58) preconiza que “o falante faz uso da variação para ampliar a eficácia de suas contribuições em uma conversa ou em um discurso individual e, principalmente, para marcar sua identidade”.

Assim, cabe reflexões no âmbito do ensino de língua materna das escolas estaduais de Ensino Fundamental e Médio de RO, a fim de construir um ensino de qualidade e reflexivo sobre o ensino de LP. Para Faraco e Zilles (2017, p. 175), “o ensino de língua, [...] não pode ser exclusivamente o ensino de norma-padrão [...] nem mesmo o ensino de norma culta, pois elas não existem no vácuo e nem podem ser de fato aprendidas fora de seu contexto sócio-histórico”.

Consideramos que a proposta deste estudo representa um estímulo para futuras investigações sobre o tratamento da VL em sala, uma vez que foi limitada a 61 professores de LP de RO. Além das crenças dos professores de LP, é preciso investigar também a emoção dos professores de LP e suas implicações no ensino de LM. Ademais, a formação continuada de professores é de fundamental importância para a qualificação dos profissionais que são responsáveis por levar o conhecimento aos estudantes. É preciso que tenhamos um olhar mais realista e flexível quanto à diversidade da língua portuguesa brasileira.

Reitero que esta pesquisa trouxe grandes contribuições para minha vida profissional fazendo com que eu tenha um olhar mais flexível para o ensino do nosso idioma e que, ao ensinar a norma-padrão da LP, preciso estar atenta ao comportamento do aluno, cuidando sempre para que este não se sinta excluído, ou um incapaz de aprender a norma-padrão. Como é comum ouvir frases como “português é muito difícil”, é preciso erradicar o preconceito linguístico, principalmente, entre os professores de LP. O Brasil é rico em variedades linguísticas. Todos falamos diferentes, seja por causa do sexo, da idade, do grau de escolaridade, origem e circunstâncias. Assim, cabe, sobretudo, ao professor de LP adotar metodologias que incluam também a VL, haja vista que esse fenômeno é inerente a todas as línguas e, no Brasil, torna-se ainda mais marcante devido a inúmeros fatores, como a extensão territorial e a desigualdade social.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, J.C.P. **Dimensões comunicativas no ensino de línguas**. Campinas: Pontes, 1993.
- ALMEIDA, Joyce Elaine de; BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Variação linguística na escola**. São Paulo: Contexto, 2023.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 48. ed. São Paulo: Loyola, 1999.
- BAGNO, Marcos. **Português ou brasileiro: um convite à pesquisa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- BAGNO, Marcos. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.
- BAGNO, Marcos. **Língua, linguagem, linguística: pondo os pingos nos ii**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.
- BARCELOS, Ana Maria Ferreira. **A cultura de aprender língua estrangeira**. 1995. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995.
- BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Metodologia de pesquisa das crenças sobre aprendizagem de línguas: Estado da arte. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, Universidade Federal de Viçosa, 2001.
- BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Crenças sobre aprendizagem de línguas, *Linguística Aplicada e ensino de línguas*. **Linguagem & Ensino**, v. 7, n. 1, 2004.
- BARCELOS, Ana Maria Ferreira. Reflexões acerca da mudança de crenças sobre ensino e aprendizagem de línguas. **Rev. Bras. Linguist. Apl.**, v. 7, n. 2, p. 109-138, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1984-63982007000200006>. Acesso em: 6 jul. 2022.
- BELINE, Ronald. A variação linguística. In: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à linguística**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola, 2004.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial. 2008.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Manual de sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Português brasileiro: a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: educação é a base**. Brasília, DF: MEC/Secretaria da Educação Básica, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 20 out. 2022.

BRASIL. **Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica**. Brasília, DF, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica#:~:text=No%20ensino%20fundamental%2C%20as%20mulheres,anos%20\(35%2C%25\)](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica#:~:text=No%20ensino%20fundamental%2C%20as%20mulheres,anos%20(35%2C%25)). Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. **Resumo Técnico: Censo Escolar da Educação Básica 2022**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>. Acesso em: 11 nov. 2023.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental**. Brasília, DF: MEC/SEF, 2000.

BRASIL. **Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

CARDOSO, Milena Santos; SEMECHECHEM, Jakeline. A variação linguística na Base Nacional Curricular Comum: por uma pedagogia da variação linguística nos componentes de língua portuguesa do ensino fundamental e médio. **Leitura**, Maceió, 2020.

CONCEIÇÃO, Mariney Pereira. **Vocabulário e consulta ao dicionário: analisando as relações entre experiências, crenças e ações na aprendizagem de LE**. 2004. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

COSTA, Mariana Mendes Correa da. **Crenças e atitudes linguísticas de professores de Língua Portuguesa: a variação linguística na oralidade**. 2019. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2019.

CRUZ, Vilma Aparecida Gimenes da. **Pesquisa em educação**. São Paulo: Pearson, 2011.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

FARACO, Carlos Alberto; ZILLES, Ana Maria. **Para conhecer norma linguística**. São Paulo: Contexto, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GAIA, Andreza Prazeres; GOMES, Mariane Daysa de Castro; FURTADO, Raquel Maria da

Silva Costa. **Crenças e atitudes linguísticas na variação na vogal média posterior /o/ > [u] em posição tônica no português falado em Cametá-PA**, Macapá, v. 10, n. 1, 2020.

GOMES, Yana Liss Soares. **Crenças e variação linguística: uma análise sob a ótica da complexidade**. Universidade Federal de Alagoas, 2017.

HORWITZ, E. K. Surveying students' beliefs about language learning. In: WENDEN, A.; RUBIN, J. (Org.). **Learner strategies in language learning**. London: Prentice Hall International, 1987. p. 110-129.

JARDIM, Anna Carolina Salgado; PEREIRA, Viviane Santos. Metodologia qualitativa: é possível adequar as técnicas de coleta de dados aos contextos vividos em campo? **Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, Porto Alegre, 2009.

LEFFA, V. J. A look at students' concept of language learning. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, n. 17, p. 57-65, 1991.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas: a polarização sociolinguística do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2015.

MADEIRA, Fabio. **Crenças de professores de português sobre o papel da gramática no ensino de Língua Portuguesa**. Universidade de Campinas, 2005.

MARINI, Giovanni. **Rondônia: nossa terra**. Ceará: Didáticos Editora, 2022.

MARQUES, Taciane Marcelle; BARONAS, Joyce Elaine de Almeida. **Crenças e atitudes linguísticas na sala de aula**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

MARTINS, Gabriela Schmit Prym. **A língua sob uma perspectiva enunciativa: seu estudo em atividades de livros didáticos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2016.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Atlas, 2007.

PARÁBOLA EDITORIAL. **Variação linguística e ensino**. Bing vídeo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=S3wFZgfHSVU>. Acesso em: 20 out. 2023.

PEIRCE, C. S. The fixation of belief. In: WEINER, P. P. (Org.). **Charles S. Peirce: Selected writings**. New York: Dover, 1877/1958. p. 91-112. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/981/>. Acesso em: 30 jul. 2023.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SANTANA, Márcia Aparecida Carneiro. **Variação linguística: crenças e diferenças entre teorias e práticas dos professores**. Universidade de Brasília, DF, 2014.

- SANTOS, Frank de Sousa. **Crenças linguísticas no ensino de língua materna**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2019.
- SANTOS, Oliveira Adriano; SANTOS, Angela Marina Bravin dos. **Variação linguística e preconceito linguístico: o que (não) sabem nossos professores?** Teresina: Letras em Revista 2021.
- SILVA, Elias Bonfim da. **A variação nas orações relativas no português popular no interior da Bahia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2020.
- SILVA, Erlimar Cristo da. **A abordagem da variação linguística dos livros didáticos de língua portuguesa no ensino fundamental II**. 2021. Monografia (Graduação em Letras) – Instituto Federal do Espírito Santo, Curso de Licenciatura em Letras Português, Venda Nova do Imigrante, 2021.
- SILVA, Erik Anderson de Carvalho. **Preconceito linguístico: estudo das crenças de estudantes da educação básica sobre a língua portuguesa**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- SOUTO e BRAGA, Luciana. **Preconceito linguístico na sala de aula: investigando suas ocorrências e trabalhando por sua eliminação**. 2021. Monografia (Graduação em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- STURM, Luciane. **As crenças de professoras de inglês de escola pública e os efeitos na sua prática: um estudo de caso**. 2007. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

ANEXO A – Convite

Prezado(a) professor(a)!

Agradecemos por você estar aqui disposto a colaborar com a minha pesquisa de mestrado. Este questionário é destinado a professores graduados/as em Letras - Língua Portuguesa (LP), atuando nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio de escolas da rede pública do estado de Rondônia.

O objetivo é saber suas opiniões quanto às questões que envolvem o ensino de Língua Portuguesa em sala de aula e na escola de forma geral.

Não será necessário você se identificar ao responder este questionário. As respostas serão utilizadas somente para este estudo e serão interpretadas à luz das teorias da área da linguística aplicada.

Esta pesquisa está vinculada ao projeto de pesquisa intitulado “AS CRENÇAS DOS PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA”.

Sua colaboração é muito importante para concretizar meu trabalho.

Raquel Rodrigues de Sousa - Professora de Língua Portuguesa da Escola E. E. E. F. M Joaquim Pereira da Rocha no município de Machadinho D'Oeste/RO.

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: **As crenças dos professores de língua portuguesa sobre variação linguística**, de responsabilidade da Profa. Raquel Rodrigues de Sousa. A pesquisa está vinculada ao Projeto “O processo de ensino e de aprendizagem de língua – materna e adicional – em diferentes contextos educacionais”, coordenado pela Dra. Luciane Sturm do Programa de Pós-Graduação em Letras – UPF.

Esta pesquisa tem como objetivo geral “estudar e investigar as crenças dos professores de língua portuguesa do estado de Rondônia”. A temática do estudo se justifica, por buscar conhecer e compreender o contexto, perfil e crenças dos professores de língua portuguesa de Rondônia. Sua participação neste estudo não é obrigatória e você pode deixar de responder ao questionário a qualquer momento. Caso você identifique qualquer desconforto psicológico por sua participação neste estudo, a equipe de pesquisa compromete-se em orientá-lo(a) e encaminhá-lo (a) para os profissionais especializados para auxiliá-lo(a).

Sua participação contribuirá para que seja possível refletir e buscar caminhos para a qualificação dos professores e, conseqüentemente, do processo de ensino e de aprendizagem, não acarretando nenhum prejuízo para sua formação ou integridade mental ou física. Você tem a garantia de receber esclarecimentos sobre qualquer dúvida relacionada à pesquisa e poderá ter acesso aos seus dados em qualquer etapa do estudo. Para responder ao questionário, NÃO é necessário você se identificar, e os dados gerados a partir deste questionário servirão exclusivamente para esta investigação.

Os resultados da pesquisa serão divulgados por meio da apresentação final à banca de mestrado e publicações de artigos decorrentes e de apresentação de trabalhos em eventos científicos sobre o projeto. Garantimos o sigilo e a confidencialidade de seus dados; portanto, nenhum nome será mencionado em qualquer registro do estudo. Caso você tenha dúvidas sobre o projeto, e caso se considere prejudicado (a) na sua dignidade e autonomia, você pode entrar em contato com o(a) pesquisador(a) Dra. Luciane Sturm, celular (54)999742153 ou com a Profa. Raquel R. de Sousa, celular (69) 9 9356 1845, com o curso Letras UPF, ou também pode consultar o Comitê de Ética em Pesquisa da UPF, pelo telefone (54) 3316-8157, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética da UPF, como o registro CAAE: 16514919.5.0000.5342, na Plataforma Brasil.

Desde já, agradecemos a sua colaboração!

Junho de 2023.

Profa. Raquel Rodrigues de Sousa - CPF 962.264.982-34

Dra. Luciane Sturm – UPF – CPF 527.957.720-0



UPF
UNIVERSIDADE
DE PASSO FUNDO

UPF Campus I - BR 285, São José
Passo Fundo - RS - CEP: 99052-900
(54) 3316 7000 - www.upf.br